



Maria Cecília Ribeiro Moncorvo

**Criando os filhos sozinha:
a perspectiva feminina da família monoparental**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Andrea Seixas Magalhães

Rio de Janeiro
Março de 2008



Maria Cecília Ribeiro Moncorvo

**Criando os filhos sozinha: a perspectiva
feminina da família monoparental**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Andrea Seixas Magalhães
Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^o. Bernardo Jablonski

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^a. Adriana Ferreira Paes Ribas

Universidade Estácio de Sá

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade

Coordenador Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 27 de março de 2008.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Maria Cecília Ribeiro Moncorvo

Psicóloga formada pela UERJ, com Formação em Gestalt-Terapia. Trabalha com pesquisa desde 1995, com interesse em Psicologia do Desenvolvimento, Casal e Família e Psicologia Social. Publicou artigos em revistas científicas, capítulo de livro e apresentou trabalhos em congressos. Já lecionou em instituições de nível superior. Como bolsista de iniciação científica da FAPERJ, participou de projetos de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (UERJ). Atuou como psicóloga escolar em pré-escola comunitária e coordenou grupo de gestantes no setor de obstetrícia do Hospital Pedro Ernesto (UERJ). Atua como psicóloga clínica, atendendo adultos, crianças, casais e famílias.

Ficha Catalográfica

Moncorvo, Maria Cecília Ribeiro

Criando os filhos sozinha : a perspectiva feminina da família monoparental / Maria Cecília Ribeiro Moncorvo ; orientadora: Andrea Seixas Magalhães. – 2008.

106 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Família monoparental. 3. Mulher divorciada. 4. Divórcio. 5. Separação. 6. Vivência feminina. 7. Filhos pequenos. I. Magalhães, Andrea Seixas. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Para minha querida Giovanna,
presente de Deus, meu eterno bebê.

Agradecimentos

A minha orientadora, Andrea Seixas Magalhães, por toda a sua paciência, carinho, e estímulo nas discussões e encontros que me motivaram a prosseguir sempre.

À CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Às participantes desse estudo, essas mulheres que representam outras tantas, dignas de admiração. Mães heroínas, guerreiras, que abriram as portas de suas casas, escritórios, intimidades, famílias, vidas, histórias e corações. Muito obrigada por me receber, por me permitir escutá-las.

À minha família pelo apoio, sobretudo com relação à Giovanna, nos momentos em que a acolheram para que eu pudesse trabalhar. Em especial ao amor, ao carinho e à compreensão da minha mãe, Suzete, minha irmã, Ana, e claro, da minha Giovanna.

Aos professores que participaram da Comissão examinadora.

Aos colegas do mestrado, pelo clima de amizade que cultivaram na nossa turma, e por todo o companheirismo ao longo do curso.

À Prof^a Maria Lucia Seidl de Moura e todos os colegas da UERJ pelo estímulo e apoio na minha caminhada acadêmica.

A todos os professores e funcionários do Departamento de Psicologia pelos ensinamentos e pela ajuda.

A todos amigos que me apoiaram, compreenderam e auxiliaram em todos esses meses de reflexão e clausura.

Resumo

Moncorvo, Maria Cecília Ribeiro; Magalhães, Andrea Seixas. **Criando os filhos sozinha: a perspectiva feminina da família monoparental.** Rio de Janeiro, 2008. 106p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Aumenta a cada ano a quantidade de separações e divórcios no Brasil, sobretudo nos grandes centros urbanos. Em geral, os filhos permanecem sob a guarda das mães, incrementando assim o número de famílias monoparentais femininas. Muitos estudos abordam o ponto de vista dos filhos acerca da separação dos pais ou as conseqüências do divórcio para o desenvolvimento dessas crianças. No entanto, poucas investigações revelam o ponto de vista e as experiências femininas. Esta pesquisa se propôs a reduzir esta lacuna na literatura, explorando a vivência de mulheres separadas ou divorciadas com filhos ainda pequenos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, fundamentada na perspectiva sócio-histórica e cultural da Psicologia Social. Foram entrevistadas nove mulheres, com idade variando entre 30 e 44 anos, separadas entre 2 a 6 anos, residentes da cidade do Rio de Janeiro, pertencentes à classe média e com filhos de até 8 anos de idade. Estas entrevistas foram gravadas, transcritas, e o conteúdo foi posteriormente analisado, resultando em 12 categorias. Essas categorias de análise configuraram os temas primordiais dos relatos das participantes, envolvendo aspectos da vida social, os relacionamentos familiares, as relações afetivo-sexuais, as relações parentais, o relacionamento com o ex-cônjuge, a vida profissional, os medos e os receios maternos, a visão da família monoparental, além de idealizações com relação à família e à parentalidade. Em geral, os relatos femininos mostraram uma vivência positiva da situação de monoparentalidade. Essas mulheres demonstraram valorizar a boa relação com seus filhos e filhas, a coerência em suas decisões no sentido de buscar o bem-estar emocional familiar, assim como a realização pessoal sem priorizar um vínculo matrimonial.

Palavras-chave

Família monoparental; mulher divorciada; divórcio, separação; vivência feminina; filhos pequenos.

Abstract

Moncorvo, Maria Cecília Ribeiro; Magalhães, Andrea Seixas. **Caring for your children alone: the feminine perspective of the monoparental family.** Rio de Janeiro, 2008. 106p. MSc. Dissertation. Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Divorces and separations rates increase each year in Brazil, mainly in large urban centers. Most part of the children live with their mothers after divorce. So, consequently, the number of mother-headed single-parent families increases too. Many studies focalize children`s point of view in this situation, as the effects of divorce on children`s development. However, there are few works that explore feminine experiences. The aim of this study is to fulfill this gap in literature, exploring divorced women with small child experiences. For that, it was performed a qualitative and descriptive research, based on historical, social and cultural perspective of the Social Psychology. Nine middle class, between 30 to 44 years old women, divorced since 2 to 6 years, living in the city of Rio de Janeiro, with children until 8 years of age, were interviewed. Those interviews were taped, transcribed, and their content was analysed, resulting in 12 categories. Those analysed categories became the themes from participants relates, involving social life aspects, family relationships, affective-sexual relations, parental relations, relationship with ex-partner, professional life, maternal fears, the concept of monoparental family, besides, family and parental idealization. In general, feminine relates showed a positive experience of the monoparental situation. Those women appeared to give value to a good relation with their sons and daughters, to the coherence in their decisions, and to look for an emotional familiar well-being, as well as personal satisfaction without prioritizing matrimonial bound.

Keywords

Monoparental family; divorced woman; divorces; separations; feminine experiences; small child.

Sumário

1. Introdução	10
2. Família brasileira: do patriarcalismo colonial ao crescente poder feminino na contemporaneidade	13
2.1. Contribuições da antropologia feminina e dos estudos feministas	21
3. A formação da família, a chegada dos filhos e o divórcio	25
4. Parentalidade e a família monoparental feminina	36
5. Método	43
5.1. Abordagem metodológica	43
5.2. Participantes	44
5.2.1. Critérios para participação	44
5.2.2. Características das famílias participantes	45
5.3. Entrevistas	47
5.4. Demais instrumentos	48
5.5. Análise dos resultados	49

6. Resultados e discussão	50
6.1. Vivências após a separação	50
6.2. Percepções sobre a paternidade	52
6.2.1. A percepção das mães sobre a imaturidade dos pais	52
6.2.2. Desempenho do papel paterno após a separação	53
6.2.3. Confusão entre os papéis parental e conjugal	57
6.2.4. Idealização da figura paterna	58
6.3. Crise conjugal com a chegada do primeiro filho	60
6.4. Mulheres independentes e autônomas	62
6.5. Poder materno (mãe centralizadora e controladora)	63
6.6. Estreitamento relação mãe-filho(a)	66
6.7. Família monoparental: sentimento de (in)completude	67
6.8. Idealização da família	68
6.9. Vida social e relacionamento afetivo: preservação da criança	70
6.10. Rede de apoio	79
6.11. Vida profissional e financeira	87
6.12. Medos das mães	89
7. Considerações finais	92
8. Referências bibliográficas	96
Anexos	103

1 Introdução

O número de famílias chefiadas por mulheres aumentou consideravelmente no Brasil entre 1996 e 2006, passando de 10,3 para 18,5 milhões nesse período (IBGE, 2007). O crescimento da quantidade de famílias monoparentais femininas é decorrente do incremento na quantidade de separações e divórcios, que se verifica tanto no Brasil como nos demais países ocidentais (Carter & McGoldrick, 2001). Essa forma de arranjo familiar, cada vez mais comum e freqüente na sociedade contemporânea, vem sendo tema constante de estudos na Psicologia Social, na Psicologia do Desenvolvimento, na Psicologia da Família, na Sociologia e nos demais campos de estudo (Bumpass & Raley, 1995; Morrison, 1995 Féres-Carneiro, 2003b). Embora sejam inúmeras as publicações, a maior parte destas se referem às experiências vivenciadas pelas crianças que se encontram nesta situação familiar ou à avaliação das conseqüências da separação/divórcio no desenvolvimento infantil (Biblarz & Gottainer, 2000; Straube et. al., 2003; Brito, 2007).

A presente pesquisa investiga a vivência de mães separadas e/ou divorciadas de classe média da cidade do Rio de Janeiro. O objetivo primordial é ter acesso às representações e vivências dessas mulheres com relação à situação monoparental e a todos os aspectos que envolvem o cotidiano dessa vivência feminina contemporânea. Contribuímos, desta forma, com o preenchimento de algumas lacunas existentes na literatura atual.

O interesse em investigar o campo da família teve início ainda no curso de graduação em Psicologia na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Quando ainda bolsista de iniciação científica, participei de um amplo projeto de pesquisa na área de Psicologia Social e Psicologia do Desenvolvimento, que estudava interações mãe-bebê e cognições parentais. A partir dessa experiência, que inclui a elaboração da monografia de final de curso que consistiu na tradução e na adaptação de um inventário acerca de crenças e cuidados parentais, o interesse pelo tema família tornou-se cada vez mais evidente. O curso de Mestrado na PUC-Rio em Psicologia Clínica, Linha de Pesquisa “Casal e Família: Estudos Psicossociais e Psicoterapia” surgiu como uma oportunidade de investigar a família monoparental feminina, de forma a abarcar a vivência mais ampla da mulher, assim como alguns aspectos da cognição parental.

Acreditamos que o estudo de fenômenos acerca da família e do desenvolvimento humano deva ser realizado levando-se em consideração modelos culturais específicos. A contextualização e a observação das diferenças históricas, sociais e culturais são de extrema importância para a compreensão desta área de investigação. As crianças nascem e se desenvolvem em contextos e culturas diversos. Mesmo antes de nascer, já sofrem influência das crenças, expectativas, representações e costumes de seus cuidadores.

O estudo da cognição parental refere-se à compreensão dessas crenças, expectativas, valores e sentimentos parentais, e encontra-se relacionado à Psicologia Infantil, da Família, e do Desenvolvimento, pois não podemos conceber a formação de um indivíduo social sem a presença do outro. A primeira experiência social da criança dá-se dentro do núcleo familiar, quando ela se relaciona com seus cuidadores, sobretudo com a mãe e com o pai. Dentro desta perspectiva, torna-se importante o estudo dos diversos arranjos familiares. O objetivo a ser alcançado aqui é ter acesso às representações, experiências, conflitos, expectativas e vivência feminina em geral dessas mulheres, membros de um determinado grupo da família contemporânea.

Iniciamos nossa revisão de literatura revendo a história da família brasileira desde a época da colonização até os dias de hoje. Neste capítulo, focalizamos dados e discussões históricas que fundamentam a fundação da família tradicional patriarcal, sua evolução para a família moderna até o desenvolvimento da família contemporânea, com padrões extremamente flexíveis.

Esta família contemporânea apresenta, dentre outras características, um crescente poder materno. Já que as separações e divórcios são mais frequentes na época atual, as famílias chefiadas por mulheres crescem em número também. Neste capítulo, ainda, falamos um pouco sobre os diversos papéis desempenhados pela mulher ao longo da história. Baseados na literatura acerca do feminismo e da antropologia feminina, discutimos também o papel da mulher na sociedade, a magnitude com que esse papel sempre esteve atrelado às suas funções no núcleo familiar e como se desenvolveu, ao longo do tempo, inclusive sob a influência do movimento feminista.

O terceiro capítulo discorre a respeito de um fenômeno muito importante no Ciclo de Desenvolvimento Familiar: a chegada dos filhos, e a passagem da situação de conjugalidade para a de parentalidade. Este marco que inicia o núcleo familiar propriamente dito é discutido, assim como os conflitos aí envolvidos. Seguindo o trajeto dos conflitos familiares, o capítulo ainda aborda a questão do divórcio na contemporaneidade e suas conseqüências para os diversos membros da família.

O quarto capítulo descreve de forma sucinta a longa história da parentalidade, a partir de uma visão que envolve a psicologia evolucionista e a abordagem sócio-histórico-cultural. Além disso, revisamos a conceituação de família e suas diversas modalidades e arranjos atuais. Concluímos este capítulo com a descrição mais pormenorizada da família monoparental feminina, que é objeto de nossa investigação.

A pesquisa propriamente dita está descrita no quinto capítulo. Neste, a metodologia é apresentada e justificada. Foram entrevistadas 9 mulheres separadas ou divorciadas com filhos pequenos. As entrevistas foram semi-abertas, com o intuito de alcançar os temas mais variados da vivência dessas mulheres. No sexto capítulo, os resultados são expostos e discutidos. Para tal, os conteúdos das entrevistas foram analisados e agrupados em doze categorias.

No sétimo capítulo, são tratadas as considerações finais, abrangendo as conclusões de nossa pesquisa sobre a perspectiva feminina da família monoparental.

2. Família brasileira: do patriarcalismo colonial ao crescente poder feminino na contemporaneidade



Fonte: Debret, J. B. (1949). Viagem pitoresca e histórica ao Brasil (S. Milliet, trad., 2a ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Biblioteca Histórica Brasileira, 4-3 vol em 2 tomos, Prancha 2/5).

“A família sempre foi pensada na História do Brasil como a instituição que moldou os padrões da colonização e ditou as normas de conduta e de relações sociais desde o período colonial.”

(Samara, 2002)

A família pode ser considerada a instituição social fundamental, da qual dependem todas as demais. Freire (1951, 1973), conceituado historiador do século XX, narra a história da sociedade brasileira no período da colonização, relatando como a nossa família se formou a partir do regime patriarcal e sob a influência da miscigenação de três culturas: indígena, européia e africana. Sendo assim, este processo propiciou a formação de uma população diferenciada que não pode negar a existência de traços culturais diversos. Como o povo brasileiro se formou, assim se constituiu a sua família. Estas e outras questões encontram-se recalcadas na cultura e nas pessoas que aqui vivem, sendo transmitidas entre as gerações através da educação e da forma como somos criados.

O modelo patriarcal descrito por Freire foi considerado por várias gerações de estudiosos (historiadores, antropólogos e sociólogos brasileiros) como critério e medida de valor para compreendermos a vida familiar ao longo do tempo (Samara, 2002). Da Matta (1987) e Almeida (1987) enfatizam a dominância patriarcal não só na sociedade colonial, como também no período da Independência, da República até a história moderna e contemporânea brasileira. Segundo eles, não só como modelo dominante, mas servindo como referencial para as demais configurações familiares.

Da Matta (1987) observa que a família no Brasil colônia é considerada uma instituição indispensável para a vida social. Aquele que não fizesse parte de um círculo familiar praticamente não sobrevivia socialmente, sendo mal visto, renegado ou ignorado. Neste momento histórico, a noção de indivíduo, na cultura brasileira, ainda não havia se enraizado, e o bem-estar social significava antes de tudo o pertencimento a algum grupo familiar. O vínculo familiar era, portanto, cultuado como um valor indissolúvel e vigorava associado à idéia de prestígio social. “Quem não tem família já desperta pena antes de começar o entrecho dramático; e quem renega sua família tem, de saída, a nossa mais franca antipatia” (Da Matta, 1987, p.125).

Segundo Szapiro (1998), no período de colonização do Brasil, o povo ibérico contribuiu para a sociedade brasileira com diversos valores e formas de pensar características de sua cultura. Um dos valores centrais para a sociedade portuguesa e espanhola seria a família, mais especificamente, a família com o modelo patriarcal e conservador. Estas concepções eram permeadas pela influência religiosa. Segundo Alves (2006), o Catolicismo, religião oficial de Portugal e posteriormente do Brasil, contribuía com dogmas, como por exemplo, a indissolubilidade do casamento, revelado no sacramento do matrimônio, que atestava que os cônjuges deveriam permanecer juntos “até que a morte os separasse”.

Nos séculos XVI e XVII, a economia da Colônia concentrava-se nas plantações de cana-de-açúcar localizadas no Nordeste do Brasil. Os senhores de engenho chefiavam as famílias de elite com as quais habitavam mansões e eram cercados por escravos e dependentes. Os papéis sexuais eram bem definidos, ao marido pertencia o poder de decisão indiscutível, a tarefa de proteger e prover o sustento da esposa e dos filhos. À mulher cabia a organização da casa e os

cuidados com a família. Os costumes e tradições privados e familiares eram apoiados e oficializados pelas leis e regras jurídicas (Samara, 2002). A família patriarcal apresentava um caráter de família extensa, pois além do núcleo central formado pelo dono da casa, sua esposa e filhos legítimos; abarcava irmãos e irmãs, tios e tias, primos, noras e genros, afilhados, grupos de agregados; incluindo, ainda, filhos ilegítimos, serviçais, escravos, afilhados, etc. Este fenômeno foi denominado de solidariedade parental. O patriarca dominava com autoridade absoluta e incontestável que possuía caráter e influência política e econômica, alcançando todas as esferas da sociedade (Szapiro, 1998).

O papel das mulheres casadas restringia-se aos cuidados com os filhos e às funções domésticas. No entanto, segundo Tarlei de Aragão (1983), a mulher apresenta um valor singular na categoria mãe ou esposa-mãe no interior da família, sendo responsável por conferir o caráter relacional à sociedade brasileira, estendendo, assim, o universo doméstico à esfera pública. O poder absoluto do pai na vida doméstica também acentuava a importância do espaço doméstico, mas estava associado à figura da mulher e da mãe. O homem necessitava ter uma esposa para alcançar prestígio social, ou seja, possuir lar e família dignos. No entanto, a figura do marido e do homem mantinha a posição de destaque e centralização. Tanto no Brasil colonial quanto na sociedade portuguesa, o pátrio poder que emanava do matrimônio, irá exercer influência nas relações de gênero e nas questões de autoridade da família. As relações familiares submetidas à influência do modelo patriarcal irão perdurar até hoje, sendo a sua dominância mais marcante até o século XIX (Samara, 2002).

Samara (1983) e Correa (1982) exploraram a história da família brasileira, ampliando a visão dos dados históricos, reelaborando os estudos anteriores, e reavaliando os critérios até então utilizados. As investigações dessas autoras enfraqueceram as convicções de diversos historiadores, antropólogos e sociólogos que consideravam a família brasileira unicamente patriarcal. Na verdade, este modelo, até então, era considerado mais do que primordial. Ignoravam-se outras possíveis estruturas familiares que se organizaram em função do tempo, do espaço ou de algumas características sociais. Estes estudos e pesquisas, iniciados a partir de meados dos anos 80, demonstraram existir outras configurações familiares que coexistiram ou mesmo predominaram ao modelo patriarcal. A descrição da família patriarcal latifundiária de Freire (1951, 1973), portanto, não deve ser

considerada como a única representação plausível para a família brasileira ao longo de sua história. Segundo Samara (2002) a descrição das famílias extensas do tipo patriarcal de Freire foram predominantes nas áreas de lavoura canavieira nordestinas, sendo inapropriadamente utilizada para as demais regiões, sem levar em conta etnias, temporalidade, grupos sociais, contextos econômicos regionais, razão de sexo e movimento da população.

No final do século XVII, a descoberta de minas de ouro na região de Minas Gerais e São Paulo, deslocou o eixo econômico colonial para o sul do país. As mudanças econômicas que ocorrem a partir desta época provocam uma série de modificações na sociedade colonial, afetando o estilo de vida de seus habitantes. Crescem os núcleos urbanos, assim como o tráfico de escravos durante este período e no século XVIII. Forma-se, então, uma sociedade caracterizada pela miscigenação racial, que não respeita as leis da Igreja ou da Coroa portuguesa, sendo permeável ao controle, não obedecendo a regras ou as tradições. Aumenta, portanto, o número de indivíduos celibatários, os casos de concubinatos, proliferando-se, assim, a quantidade de filhos ilegítimos. As mulheres, solteiras ou casadas, passam a chefiar as famílias e a exercer atividades econômicas fora do ambiente doméstico. Passam a existir, portanto, uma grande variedade de categorias sociais, alterando as relações de gênero e produzindo uma grande diversidade de comportamentos e organizações familiares (Samara, 2002).

A família paulista é um exemplo de configuração bastante diferenciada que apresentava características próprias. Na cidade de São Paulo, predominava outro tipo de família, que se distinguia por possuir uma estrutura mais simples, e ser formada por um número reduzido de integrantes. Desde o início do período colonial, nesta cidade, era freqüente a existência de pessoas solteiras morando sozinhas (celibato) além da prática do concubinato, no qual as mulheres (amantes) viviam sozinhas com seus filhos ilegítimos. Por vezes, formava-se um sistema de “proteção” dessas famílias nas quais coabitavam crianças ilegítimas com as mães e outros parentes. Os pais mantinham a família legítima em casa e a ilegítima em uma outra casa. A sociedade paulista convivia com um conflito em torno da ilegitimidade: o preconceito e ao mesmo tempo a tolerância (mais aparente do que real) com relação à presença do filho bastardo. Outras características da família paulista eram o número reduzido de filhos e o fato dos casais novos constituírem domicílio independente de seus pais quando se casavam. As famílias nucleares

constituídas eram pequenas. Dois fatores pertencentes ao contexto sócio-histórico podem ter contribuído para estas características: a grande mobilidade espacial da população e a alta taxa de mortalidade infantil. No entanto, a falta de convivência no cotidiano da família extensa, não levou ao enfraquecimento das relações familiares e afetivas nessa sociedade. As relações padrinho / afilhado e tio / sobrinho eram muito valorizadas.

Na estrutura familiar paulista, ao contrário do que se percebia no modelo patriarcal, os laços de parentesco e amizade não norteavam a organização do núcleo doméstico. O que determinava esta organização eram as ligações de trabalho. Apesar de se tratar de uma sociedade escravocrata, encontramos, numa parcela dos domicílios, a presença de agregados (justificados pela necessidade de mão-de-obra). Os agregados eram domésticos, ajudantes, aprendizes, lavradores, etc. Existiam também agregados ligados à família por laços pessoais. Enfim, a família paulista apresenta características próprias. Mesmo o modelo patriarcal que aparece na sociedade paulista será diferente daquele que existiu nas áreas rurais do Nordeste. Apesar de todas as diferenças, ainda percebemos a existência na família paulista das relações paternalistas presentes na sociedade patriarcal (Sâmara, 1983).

Samara (1983) e Correa (1982) enfatizam que as famílias monoparentais e a concubinação encontravam-se presentes em todo o período colonial, sendo que a sua prática permaneceu nas classes populares e trabalhadoras nos séculos XIX e XX. Segundo Almeida (1987), a configuração patriarcal servirá posteriormente como modelo para a formação da família nuclear burguesa moderna, que se caracterizará como uma re-apropriação e adaptação da família patriarcal colonial.

No século XIX, o desenvolvimento econômico no sul do país provocado pela cafeicultura, e alguns acontecimentos políticos importantes (Independência em 1822 e República em 1889), aliados à abolição da escravatura e ainda ao aumento da chegada de imigrantes, acentuou o desenvolvimento urbano e a geração de papéis sociais informais, enfraquecendo o sistema patriarcal brasileiro e a rigidez como as tarefas eram divididas entre homens e mulheres. Na segunda metade do século XIX, as indústrias se desenvolvem, incrementando a oferta de trabalho fabril e burocrático. Ocorre ampla inserção feminina nestes mercados, e as mulheres passam a exercer funções remuneradas combinadas às atividades

domésticas. Tanto mulheres solteiras trabalhavam quanto mães e donas de casa, que passaram, então, a contribuir com a renda familiar (Samara, 2002).

A modernização da família brasileira não seguiu os mesmos moldes da formação da classe burguesa em outras sociedades da Europa. O Brasil não sofreu um processo de industrialização e urbanização tão extenso como os moldes europeus, permanecendo, em certa medida, com o modelo latifundiário e escravocrata. O modo de pensar ainda era patriarcal, mas chegaram idéias da Europa que produziram um processo de “aburguesamento”. Segundo Costa (1979) as idéias higienistas vieram contribuir para o controle do ambiente familiar. Até meados do séc XIX este ambiente se restringia à casa grande rural. Com o processo de urbanização, a família passa a habitar os sobrados na cidade, e a se submeter às regras e às normas dos higienistas. A normalização médica da família brasileira encontra-se estritamente relacionada com o desenvolvimento urbano e o processo de modernização do Brasil. Uma das características que o controle higiênico atribuiu à família moderna foi a cobrança de dedicação aos filhos. Sobretudo a mãe, torna-se responsável pela educação e formação moral das crianças. A mãe-higiênica, moderna, é responsável pelos filhos, e ao mesmo tempo é livre para o convívio social e para o consumo comercial.

O Código Civil de 1916 espelhava uma sociedade ainda patriarcal, onde a figura do marido era central, tinha a incumbência de sustentar economicamente a família, enquanto à esposa cabia a função de cuidar dos filhos e da casa. Ao homem se aplicavam os mais amplos direitos de representar a família, administrar os bens comuns e particulares da esposa, fixar domicílio da família e exercer o pátrio poder sobre os filhos; enquanto a mulher desempenhava papel secundário (Alves, 2006).

Singly (2000), relata as mudanças que a instituição família sofreu durante a segunda metade do século XX, principalmente nos países ocidentais: “o decréscimo dos casamentos, das famílias numerosas, o crescimento das concubinagens, dos divórcios, das famílias pequenas, das famílias monoparentais, recompostas e do trabalho assalariado das mulheres. (p.13)”.

A presença feminina no mercado de trabalho no século XX, apesar de significativa, era predominantemente ao nível do trabalho e mão-de-obra não qualificada. Somente a partir de 1930 é que as mulheres passaram a ter presença significativa nos cursos superiores. Essas mudanças, no entanto, foram realizadas,

a princípio, por mulheres das classes de elite e das classes médias urbanas (Samara, 2002)

Cabe aqui apresentar alguns dados recentes do IBGE com intuito de mostrar o desenvolvimento desse quadro da escolaridade no Brasil. A escolaridade das mulheres em 1996 era superior à dos homens e permaneceu comparativamente superior em 2006. Nas áreas urbanas, em 1996, a escolaridade média era de 7,4 anos para as mulheres, e 7,2 anos para os homens da população total; e em 2006 passou a ser de 8,9 anos para as mulheres, e 8,0 anos para os homens. Em 1996, entre as pessoas que freqüentavam estabelecimentos de ensino superior, 55,3% eram mulheres, passando para 57,5% em 2006. Nota-se como os homens foram perdendo espaço no processo de escolarização, pelo menos, no que tange ao tempo de escolarização superior (IBGE, 2007).

Segundo Singly (2000), sociólogo francês, uma causa parcial para algumas das mudanças no paradigma familiar, foi a modificação da lógica familiar a partir dos anos setenta. A importância antes centralizada no grupo, na conjugalidade e na filiação, passa a ser dada à realização pessoal dos membros do grupo. O amor torna-se condição básica para que o matrimônio permaneça, e as funções conjugais e amorosas não se encontram mais tão diferenciadas do ponto de vista sexual. Ocorre ainda, paulatinamente, a substituição da educação corretiva e moral das crianças pela “pedagogia da negociação”.

Hoje, a sociedade brasileira não é mais agrária e escravocrata, mas vivemos ainda resquícios de toda nossa história. Pequenos hábitos e costumes remanescentes nos caracterizam. No entanto, um conjunto de transformações sociais determinou mudanças no estilo de vida das famílias, o que vem se refletindo em transformações nos papéis parentais. Entre estas mudanças, podemos citar a inserção da mulher no mercado de trabalho, os movimentos feministas e o aumento no número de divórcios (Trindade, 1998). Dados estatísticos recentes demonstram que o número de mulheres chefes de família aumentou consideravelmente entre 1996 e 2006, passando de 10,3 milhões para 18,5 milhões, nesse período. (IBGE, 2007).

Outra característica relevante da família contemporânea é a tendência do tamanho cada vez mais reduzido das famílias. A PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2006 confirmou que o número médio de pessoas por família passou de 3,6 pessoas, em 1996, para 3,2 pessoas, em 2006. No Brasil,

67,6% das famílias, em 2006, eram compostas de pai, ou mãe, e filhos, independentemente da presença de outros parentes. Mas, em 1996, este percentual era de 73,3% (IBGE, 2007). Outro aspecto marcante que ocorreu paralelamente a este evento, foi a redução do número de filhos por mulher. Em 2006, das 32,7 milhões de mulheres com filhos, 30,9% tinham um filho; 33,3%, dois filhos; e 35,8%, três filhos ou mais. No entanto, em 1996, esses percentuais eram de 25,0%, 30,1% e 44,9%, respectivamente (IBGE, 2007).

Roudinesco (2003) traça, em sua obra, um relato crítico sobre a história da família. O modelo familiar tradicional caracterizava-se pela supremacia da autoridade paterna; posteriormente, a família passou a ser fundada pela lógica do “amor romântico” passando a se denominar “família moderna”. A configuração “contemporânea” ou “pós-moderna”, distingui-se das demais por incluir rupturas e recomposições conjugais, enfraquecimento da figura paterna e feminilização do corpo social. A autora percorre a evolução histórico-cultural da família explorando diversos temas dentre eles a consideração da família monoparental como possível arranjo familiar, o que se opõe à idéia prévia de filho bastardo que vigorava na época colonial. Outro tópico tratado discute questões relacionadas ao gênero, como a dominação/igualdade entre homens e mulheres, ocorrendo indefinição e comumente inversão de papéis tradicionais, com a feminilização dos homens e a masculinização feminina. A autora considera a família contemporânea como uma “família recomposta, frágil, neurótica e consciente de sua desordem.” (p. 153). Nesta família recomposta ou monoparental feminina o “poder das mães” torna-se cada vez mais crescente. Após refletir sobre todo o desenvolvimento da família, a autora conclui que a família do futuro “precisa ser reinventada” (p. 199), pois cada vez menos ocorrem padronizações ou normalização da configuração familiar, sendo cada dia mais amplas as possibilidades de arranjos familiares e de desempenho de papéis.

Como o foco do nosso trabalho é a família do ponto de vista feminino, procuramos no sub-item a seguir, trazer algumas contribuições referentes à antropologia feminina e à teoria feminista, com o intuito de conhecer melhor o percurso das mulheres ao longo da história.

2.1. Contribuições da antropologia feminina e dos estudos feministas

Com a finalidade de investigar a vivência feminina, abordamos a literatura sobre o feminismo, a antropologia feminina e outras questões da mulher dentro da família. Segundo Moore (1996), a crítica feminista não se limita ao estudo da mulher, mas sim à análise das relações de gênero, e do gênero como princípio estrutural de todas as sociedades humanas. O gênero é uma realidade social que sempre deve ser demarcado em um contexto determinado. As diferenças de gênero atendem à cultura, à classe social e às condições históricas. Demonstrar as relações de gênero mostra-se essencial nas análises das relações históricas e de classe.

Segundo Toscano e Goldenberg (1992) o feminismo significou um movimento que visou mudar a ordem social. Ele teve como ponto de partida a família e o lar, por se tratar da principal fonte de transmissão das normas sociais e da cultura e por serem dominados basicamente pelas mulheres. Além disso, é na família também que a criança tem o primeiro contato com as noções de gênero masculino e feminino e definições do eu.

Essas autoras fizeram um balanço crítico das lutas feministas no Brasil e da participação das mulheres na vida social brasileira. Segundo elas o feminismo não existiu desde sempre, nem significou um fato social isolado na história da humanidade. Por outro lado, o movimento feminista representa um conjunto de ações organizadas de caráter coletivo visando a modificação da situação da mulher na sociedade, eliminando as discriminações a que ela está sujeita. Os primeiros indícios desse movimento irão surgir somente a partir do século XVIII, gerando profundas mudanças nos países da Europa Ocidental.

Ao longo do século XIX, o feminismo foi se estruturando, e as diferenças entre homens e mulheres, sobretudo quanto ao mercado de trabalho e no conjunto da sociedade, foram se tornando mais evidentes.

Goodrich et. al. (1990) situam a instituição família ao longo do tempo como uma estrutura primordialmente patriarcal, onde os homens são enaltecidos e as mulheres desqualificadas. Cabe ressaltar que essas autoras são terapeutas de família que em meados dos anos 70 foram precursoras na elaboração de uma crítica feminista à abordagem familiar. Segundo elas, o feminismo é uma filosofia que considera que homens e mulheres possuem experiências diferentes do eu, do

outro, e da vida. No entanto, de modo geral, a experiência dos homens é amplamente aceita e divulgada, já a das mulheres nem tanto. Dentro desse raciocínio, o feminismo busca resgatar e valorizar esta vivência feminina. Segundo as autoras, esta hegemonia social masculina irá influenciar crenças acerca da monoparentalidade feminina. A mulher que cria sozinha seu(s) filho(s) é frequentemente considerada figura suspeita, sujeita à críticas de fracasso.

Segundo Toscano e Goldenberg (1992), o movimento feminista foi muito centrado na questão do trabalho feminino, como veículo fundamental de auto-realização e emancipação da mulher. Outra questão levantada pelo feminismo foi o mito da maternidade. O questionamento girou em torno da real não importância deste elemento para a realização feminina.

Segundo Alves e Pitanguy (1985) o feminismo representa um processo que teve início num momento histórico passado e que foi se construindo e se modificando ao longo do tempo. Ele denunciou, juntamente com outros movimentos de libertação, a existência de relações de opressão e desigualdades sociais (movimentos raciais, de minorias étnicas, homossexuais, etc.). O feminismo revelou particularmente a presença de relações de poder e opressão dentro das relações inter-pessoais. Assim, a opressão se revela não somente de forma objetiva e socialmente, mas também subjetiva e individualmente.

“Conscientizando-se do fato de que as relações interpessoais contêm também um componente de poder e de hierarquia (homens versus mulheres, pais versus filhos, brancos versus negros, patrões versus operários, hetero versus homossexuais, etc.), o feminismo procurou, em sua prática enquanto movimento, superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo”. (Alves & Pitanguy, 1985, p.8).

O feminismo comporta diversos pontos de vista, dependendo do grupo social no qual suas teorias e críticas são elaboradas. Ele se revela tanto na esfera doméstica e familiar, quanto no âmbito social, e no mundo do trabalho, buscando recriar relações onde o “feminino” não seja desvalorizado.

Ao lembrar a presença da mulher na história podemos ter uma idéia de sua condição e dos papéis por ela desempenhados ao longo do tempo. Na Grécia antiga, por exemplo, a mulher restringia-se à função de procriar filhos legítimos e supervisionar funções domésticas. Elas eram excluídas do mundo do pensamento

e do conhecimento. As atividades consideradas nobres nesta civilização como a filosofia, a arte e a política eram desenvolvidas somente pelos homens (Socci, 1983).

Na civilização romana, as mulheres permaneceram juridicamente subordinadas ao poder pátrio. No entanto, neste período, se manifestaram as primeiras tentativas de protestos femininos em prol da igualdade de direitos. Como os maridos se ausentavam para as guerras, as mulheres passaram a administrar os negócios da família, gozando assim de alguma liberdade e reivindicando alguns direitos junto aos governantes (Socci, 1983).

Na Idade Média ocorre um retrocesso nas conquistas dos direitos femininos. Diante da difusão das idéias cristãs, as mulheres são consideradas como fonte de pecado e tentação, e a submissão feminina passa então a ser legitimada. A participação extraordinária da mulher, inclusive no mercado de trabalho, está ligada ao afastamento dos homens por motivo de guerra. A suprema influência da Igreja sustentava a tutela masculina sobre a mulher, que permaneceu submissa à ordem estabelecida pelos homens (Duby & Perrot, 1990). A representação simbólica da concepção de mulher na Idade Média permanecia atrelada ao ideal romântico da mulher frágil, submissa, que ficava bordando no castelo à espera de seu cavaleiro. Esta imagem nem sempre condiz com a real posição que a mulher ocupava na vida cotidiana, excluindo grande parte do contingente feminino que exercia uma série de outras atividades.

A partir do século XIII as mulheres passam a ter acesso a alguns direitos jurídicos como o direito de propriedade e de sucessão. A partir do Renascimento, o trabalho passa a ser valorizado, considerado como instrumento de transformação do mundo pelo homem. O trabalho feminino é então depreciado, ao mesmo tempo em que a mulher que trabalha passa a ser desvalorizada. Desde então, as mulheres recebem remunerações mais baixas e exercem atividades menos qualificadas. No entanto, tal situação não as afastou do mercado de trabalho.

No século XVII, tanto a América quanto a França são impregnadas com idéias revolucionárias que irão culminar com mudanças sociais nesses países. Nos EUA, a luta pela libertação feminina baseia-se nos princípios da igualdade e se expressam na Declaração da Independência. Já na França, as mulheres participaram ativamente da Revolução Francesa, até o momento em que são severamente interditas pelo decreto de Rousseau:

“Toda a educação das mulheres deve ser relacionada ao homem. Agradá-los, ser-lhes útil, fazer-se amada e honrada por eles, e educá-los quando jovens, cuidá-los quando adultos, e aconselhá-los, consolá-los, torna-lhes a vida útil e agradável...” (Jean Jacques Rousseau). (*apud.* Alves & Pitanguy, 1985, p.35).

Segundo Szapiro (1998), a mulher dispunha de uma parcela nada desprezível de poder, pois além de se ocupar das obrigações de casa, cooperava com o marido nos negócios da lavoura e da fazenda e era responsável pelo sistema de “relações sociais” da família. Em algumas situações especiais, as mulheres, inclusive, poderiam assumir o controle dos negócios, liderando o grupo familiar. Elas possuíam, enfim, diversas estratégias de poder, por vezes indiretas, que estão descritas na literatura da época.

No século XIX o sistema capitalista se consolida modificando, conseqüentemente, a organização do trabalho e afetando a mão-de-obra feminina. Este século caracterizou-se por duas frentes de reivindicações do operariado feminino: a luta por melhores condições de trabalho (salários mais elevados e redução na jornada de trabalho) e a luta pelo direito à cidadania (direito ao voto).

3

A formação da família, a chegada dos filhos e o divórcio



Pierre Puvis de Chavannes (1824-1898)
La jeune mère dit aussi La Charitévers 1887 (Paris, musée d'Orsay)

*“Família é quem você escolhe pra viver
Família é quem você escolhe pra você
Não precisa ter conta sanguínea
É preciso ter sempre um pouco mais de
sintonia”.*

Música:
*Não perca as crianças de vista
(O Rappa, 2005)*

A família é uma das organizações mais complexas e significativas para a sociedade. Trata-se de uma instituição formadora de valores, crenças e atitudes dos membros que a constituem. As experiências vivenciadas nesta entidade social englobam a convivência das singularidades de cada um de seus integrantes. Torna-se difícil pensar a família como um todo, já que ela significa muito mais do que a simples soma de suas partes. O sistema familiar se transforma através do tempo, sofrendo influências das gerações anteriores e das que estão por vir, ou seja, dos membros que deixaram de fazer parte dela e daqueles que ainda farão (Carter & McGoldrick, 2001).

A família é uma organização que se diferencia basicamente das demais pelo caráter único de seus integrantes, ou seja, ela é constituída por pessoas que não são substituíveis, mesmo que deixem de exercer, por algum motivo, as respectivas funções e papéis. A família é regida e tem seu próprio sentido e fundamento no relacionamento mantido entre seus membros. Assim, independente das funções ou papéis assumidos, a família é uma instituição primordialmente emocional formada por uma, duas, ou mais freqüentemente, três gerações. Além disso, percebe-se que existe naturalmente uma grande mistura e inter-influência multifacetária entre estas gerações (Carter & McGoldrick, 2001).

Os papéis e funções desempenhados pelos membros da família eram bastante demarcados e definidos em momentos históricos passados, como por exemplo, nos arranjos patriarcais na Brasil colonial (Freire 1951,1973). Com o advento da modernidade, e a conseqüente expansão do individualismo em nossa cultura contemporânea, esses papéis tornaram-se mais difusos, e existe uma diversidade de configurações familiares e de valores a elas atribuídos. Vivenciamos o conflito entre os valores da família e o individualismo. “O valor conferido ao individualismo no mundo ocidental parece estar pondo em cheque o valor atribuído à família como princípio social balizador.” (Machado, 2001, p.12).

A família contemporânea, ou seja, aquela que predomina desde meados do século XX até o início do século XXI, caracteriza-se por apresentar modelos e configurações variadas, baseados em padrões conjugais mais flexíveis. Vivemos uma crise de identidade masculina e feminina aliada à proliferação de questionamentos dos papéis familiares e das práticas conjugais. Esta crise psicossocial gera inúmeras possibilidades de redefinição dos padrões que foram fundamentados no patriarcalismo e no androcentrismo, possibilitando a transformação da relação homem e mulher e a produção de novas subjetividades (Diniz Neto & Féres-Carneiro, 2005).

Giddens (1993) relaciona os movimentos sociais que ocorreram a partir dos anos 60/70 com as transformações da vida afetiva. Ele discorre sobre a mudança nos tipos de relações amorosas, que passaram do “amor romântico idealizado”, para o “amor ativo ou confluyente”. O “amor romântico”, presente na família moderna, distinguia-se pela idealização, por fantasias de submissão e de encantamento. Já o “amor confluyente”, característico da família contemporânea,

possibilita às pessoas se conhecerem “de verdade”, terem consciência de suas escolhas e liberdade nas suas decisões. Esta modificação na vida afetiva está relacionada com mudanças sociais e com a evolução da família moderna em direção ao modelo contemporâneo ou pós-moderno. A relação afetiva passa a ser construída sob pressão social mais branda, permitindo a maior possibilidade de experimentação. A felicidade sexual e afetiva recíproca passa a ter importância central no relacionamento, que tem seus limites e funções negociados e estipulados pelo casal.

Mais recentemente, as pessoas tornaram-se livres para escolher com quem casar, optar se terão ou não filhos, quantos terão e como organizarão a própria família. No entanto, muitos se esquecem do caráter indissolúvel de determinados laços familiares, mesmo que aparentemente se mostrem finitos. O relacionamento conjugal dissolvido, com a presença da prole, por exemplo, implica numa relação vitalícia entre os parceiros como co-progenitores de seus filhos (Carter & McGoldrick, 2001).

Toda família segue um ciclo de vida que é descrito com base em teorias diferentes por diversos autores. Alguns autores atribuem maior ou menor número de estágios a este ciclo, enfatizando algum aspecto particular do desenvolvimento familiar. De modo geral, o ciclo familiar é dividido de acordo com eventos nodais como o casamento, o nascimento e a criação dos filhos, a saída dos filhos de casa, a aposentadoria e a morte (Duvall, 1988). Apesar das variações dos construtos teóricos, todos os autores, no entanto, estão de acordo com a idéia de que o rompimento de algum estágio no ciclo vital repercutirá e afetará todos os membros da família.

Carter e McGoldrick (2001) acentuam que os aspectos culturais exercem importante influência na forma como a família percorre o seu ciclo de vida. As diferenças sócio-culturais propiciam que diversos grupos dividam os estágios de maneira variada, assim como as tarefas desempenhadas em cada fase por cada um dos integrantes. Os parâmetros que delimitam os estágios são, portanto, arbitrários e variáveis, devendo, desta forma, ser abordados dentro de uma perspectiva sócio-cultural e histórica específica. Pois, ao longo da história da humanidade, muitas concepções foram emergindo de acordo com os diversos contextos sócio-históricos, como por exemplo, a noção de infância e adolescência, nos séculos

XVIII e XIX respectivamente; a noção de individualismo no século XX; a independência das mulheres no final do século XX e a proliferação do número de divórcios e recasamentos no século XXI (Ariès, 1981; Machado, 2001). No mundo contemporâneo, diante da ampla possibilidade de arranjos e estruturas familiares, torna-se difícil mencionar um padrão único normal para o ciclo de vida familiar.

De acordo com a teoria do desenvolvimento da família, no decorrer da vida familiar, alguns acontecimentos do desenvolvimento individual servem como marcos que influenciam todo o sistema. Segundo Carter e McGoldrick (2001) o momento no qual os jovens adultos tornam-se pais representa um marco significativo no ciclo de desenvolvimento da família, representando acima de tudo a sua expansão. O momento de gerar os filhos no processo de formação de uma família pode ser considerado um exemplo de enfrentamento crítico. Esta fase mostra-se vital para a construção da família nuclear. Durante este período, que se inicia durante a gestação, ocorre a transformação e conseqüente ampliação do sistema conjugal para o parental. Neste momento, os sentimentos de maternagem e paternagem são respectivamente despertados na mulher e no homem.

No entanto, este processo de aprender a desempenhar novas funções e assumir o papel de mãe e de pai nem sempre ocorre de forma equilibrada entre o casal e adequada para atender às adaptações exigidas pela chegada do novo ser. Esta mudança de estado pode gerar uma série de conflitos emocionais e relacionais entre o casal, que poderão ser amenizados à medida que o vínculo entre a tríade mãe, pai, bebê torna-se mais forte (Carter & McGoldrick, 2001)

Para Brandt (2001) “*não existe estágio que provoque mudanças mais profundas ou que signifique desafio maior para a família nuclear e ampliada do que a adição de uma nova criança ao sistema família*” (p. 206). Desta forma, o nascimento do primeiro filho ou de mais um, pode representar a fase do desenvolvimento familiar sujeita a índices mais elevados de divórcios. Este momento de mudança requer que os jovens adultos avancem uma geração e passem a cuidar dos mais novos. Os conflitos mais freqüentes decorrem das dificuldades que o casal enfrenta para se reajustar na nova estrutura familiar, manter novos relacionamentos entre si, com os filhos, demais membros de ambas as famílias (materna e paterna), além da possível recusa ou incapacidade para

assumir adequadamente as responsabilidades e tarefas parentais. Surgem, também, desacordos e conflitos quanto às divisões de tarefas domésticas que nem sempre são equivalentemente divididas. Tanto o homem quanto a mulher precisam renunciar, em parte, aos seus interesses profissionais e pessoais para se dedicar ao lar. No entanto, estas modificações, em muitos casos, podem ocorrer de forma desigual, recaindo sobre a mulher a maioria das responsabilidades com relação ao filho e as conseqüentes abdições em sua rotina e disponibilidade profissional. Posteriormente, o casal irá se deparar com outro momento de conflito. O período no qual serão discutidas, entre o casal, opiniões e idéias a respeito de limites e formas de exercer autoridade com os filhos (Carter & McGoldrick, 2001).

Tornar-se um progenitor, portanto, é mais do que um evento biológico, pois implica em extensas alterações psicológicas e sociais. A associação de uma nova criança à família é um desafio, pois irá modificar as relações e o equilíbrio no mundo do trabalho, no relacionamento conjugal, nas atividades de lazer, e na relação com os demais membros da família e amigos. Além disso, “ter um filho” trata-se de uma experiência carregada de significados profundamente diferentes para homens e mulheres. Ambos devem se voltar para a vida doméstica. No entanto, encontramos certa dificuldade na contemporaneidade, das pessoas criarem espaço, ambiente e disponibilidade suficientes para cuidar e educar uma criança. Muitas vezes, as atividades profissionais e os interesses pessoais ocupam posição prioritária nas suas vidas. Além disso, o paradigma da igualdade sexual entre homens e mulheres exacerba os conflitos gerados pela negociação da divisão de tarefas e obrigações relacionadas ao lar (Brandt, 2001).

No Brasil, dados do IBGE demonstraram que somente metade dos homens realizava tarefas domésticas em 2006, 51,4%. No entanto, 9 em cada 10 mulheres possuíam essa função ou mesmo obrigação. As mulheres que trabalham fora não deixam de realizar os afazeres domésticos. Verificou-se que as mulheres gastam o dobro de tempo semanal que os homens desempenhando essas tarefas (IBGE, 2007).

Segundo Carter e McGoldrick (2001), o índice de divórcio aumenta com a chegada de um filho na vida do casal. As famílias com filhos pequenos sofrem mudanças maciças que representam grande instabilidade para a vida conjugal. São necessários novos arranjos financeiros e da rotina do casal. Sobretudo o papel

feminino é profundamente atingido e modificado com a chegada de um bebê. O paradigma de igualdade entre homem e mulher é colocado à prova e geralmente cai por terra. Geralmente a mulher se vê com dificuldade de ajustar a nova realidade doméstica ao mundo do trabalho.

A família vem sendo considerada como um sistema complexo formado por uma série de subsistemas que estão em constante interação, influenciando e sendo influenciado pelos outros. Podemos enumerar alguns exemplos de subsistemas: pai-mãe, irmão-irmão e pais-filhos. Além da dinâmica familiar interna, outros sistemas externos à família exercem importante influência nas interações e no desenvolvimento dos seus membros, como por exemplo, o trabalho, a escola, a comunidade, e a rede social. Por isso, é fundamental a investigação da influência e interdependência tanto de processos intra quanto extra-familiares. Pois, segundo uma visão ampla do desenvolvimento humano, todo o ambiente sociocultural e historicamente construído que circunscreve a família irá influenciar em diversos níveis de ação e interação o desenvolvimento, físico, emocional e psicológico de seus membros (Bronfenbrenner, 1996; Suizzo, 2002).

“...Precisamos reconhecer que há vários tipos de "famílias", que os papéis maternos e paternos são multidimensionais e complexos e que pais e mães desempenham papéis diferentes em contextos culturais diferentes. Para compreender como a "família" funciona, é preciso, sobretudo, estudar as interações e relações desenvolvidas entre os diferentes subsistemas familiares, o contexto histórico, social e econômico no qual as "famílias" estão inseridas e a "família" em diferentes contextos culturais.” (Dessen & Neto, 2000, editorial).

As mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas causaram transformações profundas na estrutura e na dinâmica da família. Apesar disso, esta entidade manifesta capacidade de sobreviver e de se adaptar através de diferentes arranjos e modificações de papéis e funções de seus personagens (Wagner, 2002).

A rede social de apoio se destaca como um dos elementos auxiliares para manter o equilíbrio da dinâmica familiar, principalmente em períodos críticos e de transição como o decorrente de nascimento de filhos. Segundo Dessen e Braz (2000), diversas são as pessoas que podem oferecer suporte à família, oferecendo melhor qualidade de vida para seus membros. Dentre elas, destacam-se os

próprios membros da família, parentes da família extensa (avós, tios, primos), amigos, colegas, vizinhos e profissionais diversos (médicos, enfermeiras, babás, professoras, etc...). A ajuda pode se manifestar de diversas formas: apoio material ou financeiro, auxílio nas tarefas domésticas, nos cuidados com os filhos, no fornecimento de informações ou orientações, ou com suporte emocional. Os apoios sociais recebidos são fundamentais para o enfrentamento de situações estressantes como se tornar pai ou mãe, ou para enfrentar a chegada de mais um filho. Após entrevistar extensivamente 44 mães e observar sessões de brincadeiras mãe-criança, Jennings, Stagg e Connors (1991) avaliaram os efeitos da rede social de apoio na qualidade das interações de mães com crianças em idade pré-escolar. Esses autores concluíram que mães com redes sociais de apoio mais amplas e redes pessoais mais satisfatórias apresentavam comportamento materno mais adequado. Essa adequação se refere à atitude de recompensar mais a criança, agir de forma menos invasiva e controladora, ou seja, respeitando mais os comportamentos de espontaneidade das crianças durante as sessões de brincadeira observadas. Peck e Manocherian (2001) analisam a importância da rede de apoio para as pessoas após a separação ou divórcio. Essas autoras afirmam que os filhos, os membros da família ampliada, os amigos, os amantes, e os colegas de trabalho desempenham papel importante tanto para homens quanto para mulheres. Sendo que os amigos casados se aproximam no início, mas, após um tempo, a tendência é se separar, sobretudo das mulheres. O mais comum é as pessoas separadas formarem novas redes sociais, principalmente com pessoas casadas, se afastando dos amigos do tempo de casado.

Quando falamos em família monoparental, estamos, em parte, nos referindo à situação de separação ou divórcio. Ao investigar a crise no casamento contemporâneo, Jablonski (2005) explica que esta crise se deve a uma série de mudanças sócio-econômicas e culturais sofridas nos últimos anos, e se caracteriza pelo aumento no número de separações e divórcios. Dados do IBGE (2007) demonstram o incremento dos registros de separações e divórcios entre o ano de 1996 e 2006. Este achado, encontra-se relacionado à fatores contemporâneos como o aumento da expectativa de vida dos cônjuges, aliado à redução da influência dos dogmas e idéias religiosas norteando o comportamento social, à

maior liberdade sexual e à difusão e valorização do individualismo no mundo ocidental (Jablonski, 1998).

A quantidade de dissoluções dos casamentos no Brasil por meio de separações judiciais em 2005 teve um incremento de 7,4% em comparação ao ano de 2004. Houve também um crescimento gradativo no número de divórcios, em torno de 17 a 21%, respectivamente na região Norte e Sudeste. Observa-se, ainda, uma hegemonia das mulheres quanto à guarda dos filhos menores. Em 89,5% dos divórcios concedidos no Brasil, a responsabilidade pelos filhos foi concedida às mães no ano de 2005 (IBGE, 2007).

Segundo Peck e Manocherian (2001) dentre os eventos estressantes que podem ocorrer na vida, o divórcio ocupa o segundo lugar, seguindo o falecimento de um dos cônjuges. A separação exige ajustes em diversos setores, emocionais e práticos, de todos os integrantes da família. A resposta de cada indivíduo irá depender da circunstância da separação, da estabilidade emocional, psicológica e sócio-econômica, além da qualidade de vida, do estresse e do apoio disponível nos momentos que antecedem e seguem à separação.

Féres-Carneiro (1998), ao discutir o casamento contemporâneo, indica a separação conjugal como fenômeno crescente nos dias de hoje. A autora coloca que a separação, apesar de representar na maioria das vezes a melhor solução para finalizar uma situação de conflito, traz conseqüências psicológicas e emocionais, em geral dolorosas e estressantes para os cônjuges e os filhos. Em geral, a primeira reação dos filhos à separação dos pais é negativa, no entanto, eles também podem ser capazes de enfrentar a situação de uma forma melhor do que esperada. Féres-Carneiro (2003b) realizou outra pesquisa na qual entrevistou 16 homens e 16 mulheres separados e concluiu, entre outros elementos, que enquanto os homens se sentiam principalmente frustrados e fracassados após a separação, as mulheres vivenciavam, sobretudo, mágoa e solidão. Algumas dessas mulheres relataram especificamente a solidão no ato de criar seus filhos. Esta situação indica, mais uma vez, a importância da presença de uma rede de apoio junto à família monoparental feminina.

Peck e Manocherian (2001) ressaltam que o impacto do divórcio será maior ou menor de acordo com o contexto sociocultural. Determinados grupos étnicos

ou religiosos, ou mesmo famílias mais conservadoras, apresentam um processo de aceitação e de adaptação ao divórcio mais difícil.

Tanto Féres-Carneiro (1998) quanto Kier, Lewis e Hay (2000) acreditam que os efeitos da separação podem ser tanto negativos quanto positivos para todos os membros da família. Kier et al. (2000), mais especificamente, estudaram “explicações maternas para custos e benefícios de experiências de vida após a separação conjugal”, e constataram, após entrevistar setenta e seis mães casadas e separadas, a existência de um leve equilíbrio entre ganhos e desvantagens após a separação. Segundo Peck e Manocherian (2001) a separação ou divórcio pode significar para muitas mulheres a primeira oportunidade na vida na qual se sentem independentes e autônomas, conferindo um senso de bem-estar e competência. Pode haver uma diferença muito grande em relação ao modo como homens e mulheres se ajustam ao divórcio. Em geral, a situação se estabiliza após dois anos.

Nas entrevistas realizadas por Jablonski (1998), as mulheres respondem com níveis mais altos de insatisfação, conflito e tensão relacionados ao casamento do que os homens. Além disso, são as esposas que mais solicitam a separação com maior frequência, apesar de todo o receio do eventual e provável empobrecimento e perdas financeiras que sofrerão. O estudo de Wagner e Grzybowski (2003) revela uma constante preocupação financeira das mulheres separadas, o que é compreensível na atual instabilidade econômica do país.

Diniz Neto e Féres-Carneiro (2005) ressaltam que a mulher, em geral, se adapta mais rapidamente à condição pós-divórcio do que os homens. A reestruturação de vida mais precoce e os níveis de estresse inferiores das mulheres podem estar relacionados ao fato das mães permanecerem, em sua maioria, com a guarda dos filhos após a separação/divórcio (Féres-Carneiro, 2003a).

Grzybowski (2002) discorre acerca das famílias monoparentais, e constata que as transformações ou mesmo desestabilizações causadas pelo divórcio na vida das pessoas podem gerar crescimento pessoal dos membros da família. No entanto, a investigação realizada pela autora demonstrou que as mulheres separadas/divorciadas não se encontram completamente satisfeitas com as sua condição e tendem fortemente a se fechar na relação mãe-filho.

Wagner e Grzybowski (2003) investigaram 51 mulheres separadas/divorciadas, de idades variadas, que possuíam a guarda do(s) filho(s) e não possuíam parceiro que coabitasse. O estudo concluiu que, de modo geral, essas mulheres apresentam insatisfação com a condição de separadas/divorciadas no que tange os setores profissional, afetivo, familiar ou de amizades. Somente no setor parental elas demonstram estar mais satisfeitas do que antes da separação.

A pesquisa de Wagner e Grzybowski (2003) revelou que essas mulheres apresentavam, na área afetivo-sexual, “escassez de relacionamentos” com o sexo oposto e vida sexual empobrecida. As mulheres que possuíam uma vida sexual ativa mantinham relacionamentos estáveis e pensavam em se recasar, revelando a crença no amor romântico e o desejo de estabelecer relacionamentos mais conservadores. No entanto, a maior parte das mulheres abdicaram de investir no setor afetivo-sexual, dedicando-se primordialmente ao papel parental.

Essas autoras (Wagner & Grzybowski, 2003) ressaltam que a maior dificuldade enfrentada pelas mulheres no período pós-divórcio é de ordem financeira. Geralmente, elas perdem o apoio do ex-cônjuge, sofrendo uma queda no nível socioeconômico. Na área profissional-econômico-financeira, observa-se uma constante preocupação financeira diante da situação de instabilidade econômica e dificuldades para manter o sustento da família.

Do ponto de vista psicológico, as mulheres estudadas por Wagner e Grzybowski (2003) parecem encarar o divórcio, a médio e longo prazo, como fonte de bem-estar, e melhora na qualidade de vida. Esta forma de satisfação somente é alterada pelas preocupações financeiras. Segundo Wallerstein e Kelly (1998), nos primeiros momentos após o divórcio, muitas mulheres vivenciam depressão e solidão, mas com o passar do tempo, tendem a resgatar a auto-estima e o bem-estar, considerando o divórcio como benéfico. Após o passar dos anos, as mulheres (mais do que os homens) acreditam que a vida melhorou, e atribuem um sentimento de crescimento psicológico ao divórcio.

Enquanto as mulheres fortalecem os vínculos com os filhos, tendendo às vezes a se fecharem na díade mãe-filho, os homens encontram dificuldades para manter o vínculo com os filhos, podendo se afastar física e emocionalmente destes (Wagner & Grzybowski, 2003). Segundo Peck e Manocherian (2001), quanto maiores forem os filhos, mais fácil se torna para o pai a construção do vínculo e o

desempenho do papel paterno, pois a criança maior já requer menos cuidados e expressa interesses e personalidade própria, com a qual o pai pode se relacionar.

A rede social de apoio costuma ser extremamente importante para a mulher separada ou divorciada. A vida social das mulheres separadas estudadas por Wagner e Grzybowski (2003) parece se fortalecer somente a partir de um período após a separação, e com o aumento da idade dos filhos. A mulher, com o passar do tempo, reestrutura seus laços sociais, supera a separação, adquirindo uma nova postura, o que facilita a sua aceitação social.

A satisfação parental parece ser o setor de maior auto-realização pessoal na vida das mulheres estudadas por Wagner & Grzybowski (2003). Os cuidados, responsabilidades, a satisfação com a guarda dos filhos, a consciência do papel de mãe e o relacionamento com as crianças surgem como fontes centrais de prazer e significado na vida dessas participantes.

Peck e Manocherian (2001) ressaltam que é de primordial importância para o bem-estar dos filhos após o divórcio, a separação entre papéis parentais e conjugais no processo de redefinição e re-estabilização da família. A criança necessita ter contato contínuo e freqüente com ambas as partes, para se sentir segura e amada. Muitas vezes, o excesso de apego da criança com a mãe, não deixa muito espaço para o pai. O equilíbrio da co-parentalidade traz benefícios para todos integrantes da família.

No capítulo a seguir trazemos o tema parentalidade tratado em espectro abrangente, sob a perspectiva histórica e sociocultural.

4 Parentalidade e a família monoparental feminina



Pierre Auguste Renoir (1841-1919)

Maternité dit aussi L'Enfant au sein 1885 (Paris, musée d'Orsay)

*“Não basta o compromisso
Vale mais o coração
Já que não me entendes, não me julgues
Não me tentes*

*...
Ninguém sabia e ninguém viu
Que eu estava a teu lado então
Sou fera, sou bicho, sou anjo e sou
mulher
Sou minha mãe e minha filha,
Minha irmã, minha menina
Mas sou minha, só minha e não de quem
quiser
Sou Deus, tua deusa, meu amor
Alguma coisa aconteceu
Do ventre nasce um novo coração”*

*Música:
1º de julho
(Cássia Eller e Renato Russo, 1994)*

A família contemporânea, em toda sua complexidade, tem uma história, um percurso. Para estudá-la de forma ampla, partimos de alguns pressupostos, dentre eles, o de que para compreender a mente e o comportamento humano, devemos nos reconhecer como membros de uma espécie cuja história deve ser estudada em três planos de análise: ontogenético, histórico-cultural e filogenético (Seidl de Moura, 2005a).

A idéia de que o comportamento do homem é produto de três planos de gênese foi anteriormente levantada por Vygotsky (2002) e Vygotsky e Luria (1996) que dividem estes planos da seguinte forma:

- ⌚ Filogênese
- ⌚ História Cultural
- ⌚ Ontogênese

Ou seja, o ser humano se desenvolve, sofrendo mudanças desde o seu nascimento até o momento de sua morte (ontogênese). Este mesmo ser humano faz parte de um grupo social que se situa num determinado espaço e se configura de acordo com aspectos culturais e históricos específicos (história cultural). Podemos ainda situar este indivíduo, considerando contextos ainda mais amplos, como membro de uma espécie que tem uma história evolucionária extremamente longa, que se desenvolveu durante milhões de anos (filogênese).

Esta visão abrangente do ser humano deve ser mantida mesmo quando realizamos micro-análises do comportamento, pois somente a articulação entre esses diferentes níveis de análise permite uma compreensão mais coerente do complexo fenômeno humano.

Segundo Seidl de Moura (2005b) os bebês humanos já se encontram embebidos na cultura mesmo antes de nascer. Eles são recebidos com expectativas, crenças, representações e atividades mediadas por seus pais que são membros de um grupo inserido numa cultura específica.

Cole (1998) afirma que a cultura faz parte do funcionamento mental humano e tanto o comportamento quanto o desenvolvimento humano devem ser estudados dentro do contexto. Segundo este autor, a cultura está intimamente ligada ao desenvolvimento, sendo representada pelos pais e pelas gerações anteriores, que serão responsáveis por organizar e transformar o ambiente da criança de maneira dinâmica.

Segundo Harkness e Super (1996), o entendimento dos pais a respeito da natureza das crianças, da estrutura do desenvolvimento, da parentalidade, do significado do comportamento e do funcionamento da família é, geralmente, compartilhado pelos membros do grupo ou subgrupo cultural ao qual eles pertencem. Essas idéias irão emergir num determinado contexto de vida, num tempo e espaço cultural particular, e estarão relacionados a entendimentos sobre

algumas experiências vividas pelos pais. Estas representações culturais parentais estão organizadas em categorias às quais esses autores se referem como “sistemas de crenças culturais parentais” ou “etnoteorias parentais”. Este sistema de crenças culturalmente organizado está intimamente relacionado às ações ou práticas parentais, como por exemplo, estilos de fala com a criança, métodos disciplinares, e procura por aconselhamento profissional. Além disso, as etnoteorias parentais exercem forte influência na saúde e no desenvolvimento infantil, representando também um papel chave no desenvolvimento dos próprios pais. Este sistema faz parte da psicologia dos cuidadores.

Harkness e Super (1992) propuseram o modelo de nicho de desenvolvimento que procura compreender como a cultura é capaz de moldar o desenvolvimento infantil, tendo como elemento central as etnoteorias parentais. Resumidamente, o sistema de crenças parentais, os costumes e práticas na criação das crianças e a organização do ambiente físico e social no qual a criança vive (micro-ambiente da criança) teriam papel determinante no desenvolvimento infantil. O *nicho de desenvolvimento* é composto por três componentes (Figura 1):

- O ambiente físico e social no qual a criança vive;
- Os costumes na criação e cuidados com a criança regulados culturalmente;
- A psicologia dos cuidadores.

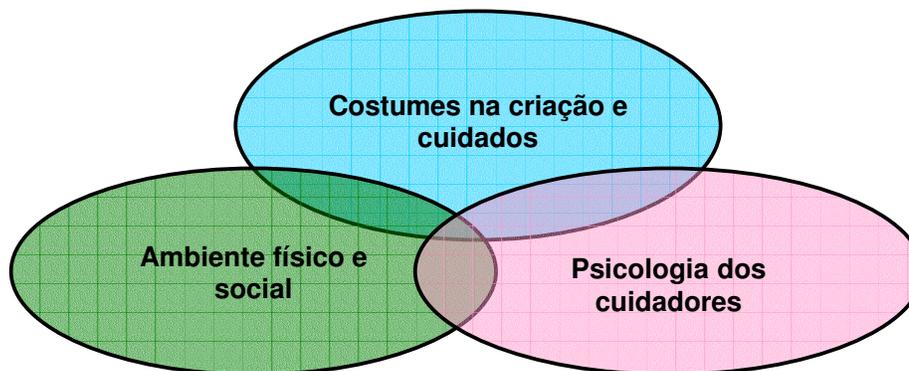


Figura 1 – Representação esquemática do modelo de *nicho de desenvolvimento*.

Todos esses sistemas estão inter-relacionados e possuem a função de mediar a experiência individual da criança com o grupo cultural ao qual ela pertence. A

psicologia dos cuidadores inclui cognições e práticas parentais. Dentro desta divisão, as etnoteorias parentais, ou seja, as crenças e representações a respeito do comportamento e desenvolvimento infantil assumem papel preponderante. Elas serão provenientes de experiências diárias nos cuidados e práticas com as crianças ou de experiências culturalmente acumuladas pelo grupo social de referência, e irão repercutir nas ações parentais e conseqüentemente no desenvolvimento de seus filhos. O modelo do nicho de desenvolvimento elaborado por Harkness e Super (1992) propõe que o desenvolvimento da criança dá-se num processo coordenado entre as características iniciais do bebê e o ambiente cultural que o envolve. Foram propostos diversos outros modelos teóricos que buscam compreender o desenvolvimento infantil a partir das interações estabelecidas entre a criança e o meio social aonde ela vive.

Suizzo (2002) descreve a noção de modelos culturais como sendo as idéias, crenças, metas e estratégias compartilhadas pelos membros de uma determinada comunidade cultural que guiam suas ações e suas interpretações de diversos fenômenos. Keller (2005) considera a existência de dois modelos culturais principais. Um modelo de independência, comum em sociedades industriais modernas, no qual os pais criam seus filhos privilegiando a independência, metas pessoais, autonomia e relacionamentos mais distantes. O outro modelo considerado é o da interdependência, mais comumente observado em sociedades rurais de cultura de subsistência. Este modelo se focaliza nas metas do grupo, no relacionamento mais íntimo, baseado em papéis definidos e cumprimento de ordens e regras. Mais recentemente, vem sendo proposto um terceiro modelo que combina a autonomia com relacionamentos próximos.

Bronfenbrenner (1996) elaborou a Teoria da Ecologia do Desenvolvimento Humano, propondo que irão ocorrer trocas a partir das interações entre o indivíduo e o contexto social no qual ele está inserido. A criança cresce num ambiente que a transforma e é transformado constantemente. Este ambiente é formado por elementos culturais, psicológicos (crenças, valores, regras, representações e etc.) e elementos físicos. Os indivíduos estão envolvidos por sistemas de diferentes níveis: microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema.

Esse trabalho investigou um dos componentes do contexto no qual a criança encontra-se inserida, a psicologia do cuidador. Exploramos aqui especificamente

as mães separadas/divorciadas. Nosso tema de investigação, portanto, é a família monoparental feminina, sob o ponto de vista materno.

Levy (2005) conceitua família monoparental como *“aquela composta por um pai ou uma mãe cuidando, sozinho(a), de seus filhos”* (pg.51). As famílias monoparentais, portanto, podem ser tanto masculinas quanto femininas. Existe uma possível variabilidade quanto à conformação da família monoparental. Quando nos referimos às famílias monoparentais femininas consideramos que elas podem ser compostas das três seguintes formas:

- ☞ mulheres separadas ou divorciadas que possuem a guarda do(s) filho(s);
- ☞ mulheres viúvas que criam seu(s) filho(s);
- ☞ mulheres que jamais se casaram, mas optaram por serem mães, realizando a denominada “produção independente” a partir de concepção natural ou adoção, e criando seu(s) filho(s) sozinhas, sem a presença do pai.

Levy (2005), ao investigar famílias monoparentais adotivas, observou a grande importância da rede de apoio respaldando a situação do pai ou da mãe, na tarefa de dividir as responsabilidades e de certa forma suprir a ausência da outra figura parental. Esta mesma autora constatou que mulheres solteiras que adotam um ou mais filhos, não acreditam que estas crianças poderiam ser mais felizes ou equilibradas se vivessem numa família constituída por pai e mãe.

Segundo Sumaza e Rodrigues (2003), a família monoparental é uma unidade não estática de relações que se configura dinamicamente no tempo e no espaço. Trata-se, portanto, de uma realidade complexa e multidimensional com aspectos não só formativos, mas também operativos. Esses autores discutem o conceito de família monoparental citando a definição de 12 autores. A única característica comum a todas as definições é a presença de somente um progenitor e seus filhos coabitando. No entanto, o fenômeno da monoparentalidade é amplo e abarca diferentes constelações familiares, dentre elas, as famílias separadas, divorciadas ou de mães que realizam produção independente. Essas possibilidades plurais significam estratégias de convivências diversas, representando identidades únicas, como microsociedades com economias, hábitos, culturas e percepções próprias de sua situação.

Dados do IBGE (2000), de oito anos atrás, revelavam que famílias nucleares (que seguem o modelo clássico de formação, com pai, mãe e filhos residindo juntos) constituem a configuração predominante da família brasileira (55,4%). No

entanto, as famílias monoparentais femininas representavam 12,6% dos arranjos familiares nacionais, podendo chegar à proporção de 14,4% nos grandes municípios.

Em 2007, O IBGE divulgou uma síntese dos indicadores sociais do período entre 1996 e 2006. As conclusões dessa análise foram elaboradas, em sua maior parte, a partir dos dados da (PNAD) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2007).

Os resultados da PNAD 2006 mantêm as tendências já verificadas na última década: o crescimento proporcional de pessoas que vivem sozinhas, dos casais sem filhos, das mulheres sem cônjuge e com filhos na chefia das famílias e, também, a redução proporcional dos casais com filhos. Estes fenômenos são frutos de um conjunto de fatores, tais como: o aumento da esperança de vida, a redução da fecundidade das mulheres, e a redução das taxas de mortalidade (IBGE, 2007).

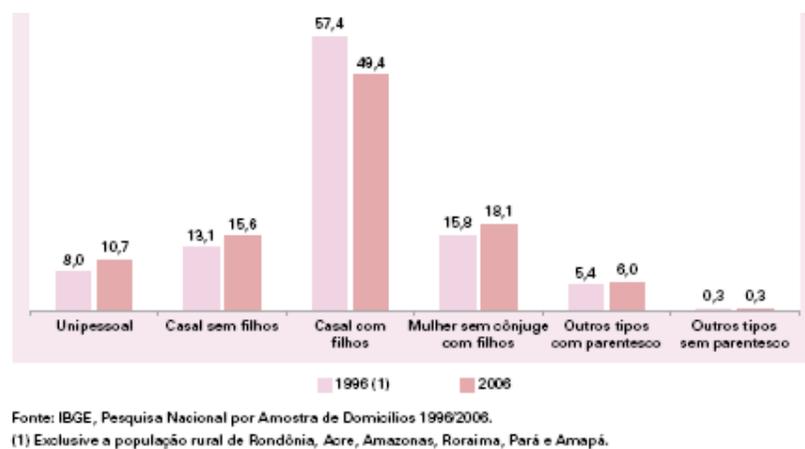


Figura 2 – Distribuição percentual dos arranjos familiares residentes em domicílio particulares, segundo o tipo de arranjo familiar – Brasil – 1996/2006.

As famílias do tipo monoparental feminino (mulheres sem cônjuge e com filhos) se destacam nas áreas urbanas e metropolitanas, onde os aspectos culturais propiciam maior liberdade de comportamento. No conjunto do País, a média, em 2006, foi de 18,1%, mostrando crescimento de quase 3 pontos percentuais em relação a 1996 (15,8%). Além disso, é surpreendente observar os elevados percentuais de arranjos familiares com chefia feminina. A média nacional é de 20,7%. Duas hipóteses primordiais foram formuladas com vistas a explicar o aumento contínuo desse tipo de arranjo no momento atual: um aumento de

“poder” por parte das mulheres em suas famílias (o chamado “poder materno”), e o aumento do desemprego masculino (IBGE, 2007).

Essas transformações se revelam ideologicamente mais sólidas quando nos deparamos com modificações jurídicas, como, por exemplo, a Constituição Federal de 1998 que altera o paradigma da família ao quebrar o monopólio do matrimônio como legitimador da formação da família, reconhecendo, assim, a família monoparental e a união estável. Esta mesma Constituição reformula o conceito de família, considerando esta entidade de forma mais ampla como “todo e qualquer agrupamento de pessoas onde permeie o elemento afeto,... e no qual os seus membros enxergam uns aos outros como seu familiar” (Alves, 2006, p.2). Podemos citar como outro exemplo, o “Estatuto da Criança e do Adolescente”, promulgado em 1990, que reconhece o direito de adoção por pessoas solteiras, condição considerada inaceitável, há algumas décadas atrás (Levy, 2005).

Apesar deste aumento gradativo no número de lares habitados por mulheres vivendo com seus filhos, poucos trabalhos relatam a vivência dessas mulheres na monoparentalidade (Wagner & Grzybowski, 2003). A maior parte dos estudos publicados demonstram interesse pelas percepções dos filhos sobre a separação dos pais, ou sobre a consequência desta para o desenvolvimento das crianças (Ribeiro, 1988; Wallerstein & Kelly, 1998; Souza, 2000; Straube, Gonçalves & Centa, 2003; Brito, 2007).

Nossa investigação buscou contribuir para preencher essa lacuna na literatura. Propomo-nos a investigar a vivência de um grupo de mulheres que criam seus filhos após a separação ou divórcio. Abrimos um espaço para a escuta dos relatos dessas participantes quanto a sua vivência como mãe e mulher. A pesquisa que será descrita a seguir, portanto, se propôs a ouvir, descrever e discutir as histórias, experiências, representações e anseios dessas mulheres.

5 Método

5.1. Abordagem metodológica

O interesse científico desta pesquisa foi proporcionar uma visão geral e aproximativa do tema escolhido: a vivência de mulheres separadas/divorciadas e com filhos pequenos. Trata-se de uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa. Segundo Gil (1999), as pesquisas descritivas primordialmente têm como objetivo descrever uma população ou fenômeno e/ou estabelecer relações entre variáveis.

“Dentre as pesquisas descritivas salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição, por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física e mental etc.” (Gil, 1999, p.44).

A opção por este tipo de estudo se deu por acreditarmos que os seres humanos são únicos e que atribuem significados às suas experiências a partir do seu contexto de vida. O objetivo inicial de conhecer a vivência de um dado grupo social dotado com aspectos os mais homogêneos possíveis nos levou à utilização de entrevistas abertas como recurso metodológico para obtenção de conteúdo discursivo. As participantes puderam, assim, expressar suas vivências, conceitos, valores e crenças a partir dos relatos daquilo que sentem e pensam, assim como de suas atitudes.

O estudo foi desenvolvido adotando-se o método MEDS (Método de Explicitação do Discurso Subjacente) para elaboração e análise das entrevistas. Neste método, desenvolvido pela professora Ana Maria Nicolaci-da-Costa (2006), utilizamos um roteiro livre para nos basear, no qual as perguntas não são previamente formatadas. O objetivo primordial do método é ouvir detalhadamente

tudo o que o entrevistado tem a dizer sobre o tema pesquisado, de forma livre e espontânea, tendo acesso assim à sua opinião, crenças, sentimentos, experiência, etc. da maneira mais natural, ampla e profunda possível. Considera-se que o entrevistado não está necessariamente consciente daquilo que ele próprio declara. O que se pretende obter é o sentido subjacente à fala do entrevistado.

As entrevistas foram realizadas em locais e horários previamente determinados pelas participantes. O objetivo era que as entrevistadas ficassem bastante à vontade para que as entrevistas transcorressem de forma tranqüila e confortável. Essas foram gravadas mediante uma autorização prévia das mesmas, e posteriormente transcritas da forma mais fidedigna e minuciosa possível.

5.2. Participantes

5.2.1. Critérios para participação

Os critérios escolhidos para a seleção dos sujeitos participantes do estudo foram:

- estar separada ou divorciada entre o período de 2 a 8 anos;
- possuir idade variando entre 25 e 45 anos;
- possuir um ou mais filhos, sendo o menor com a idade até 8 (oito) anos;
- residir na cidade do Rio de Janeiro, e;
- pertencer à camada sócio-econômica média e urbana da sociedade.

A escolha dos critérios justifica-se pela intenção de se formar uma amostra o mais homogênea possível, conferindo assim, maior consistência à pesquisa. Selecionamos um grupo social específico: mães pertencentes à classe média urbana da cidade do Rio de Janeiro. Por se tratar de pesquisa descritiva com finalidade de investigar uma determinada realidade social, não pretendemos modificar conceitos, idéias ou muito menos formular hipóteses precisas. Os critérios, portanto, buscaram somente atender aos objetivos da pesquisa, delimitando assim, o grupo a ser conhecido, explorado e analisado.

O primeiro critério, relativo ao tempo de separação, deve-se aos achados na literatura. Os membros do casal necessitam de um tempo para estabelecer uma nova dinâmica de vida e se reestruturar após a separação ou divórcio. Este achado literário norteou a escolha do tempo mínimo de separação de 2 (dois) anos. Pois, muitas vezes, antes desse período, pode ocorrer tanto a recidiva, um retorno ao

casamento, quanto a não apropriação do novo estado civil estabelecido. Por outro lado, estipulamos um período máximo de 8 (oito) anos de separação/divórcio relacionado à idade do filho que pretendíamos estudar. Assim, casais separados há mais do que oito anos, teriam conseqüentemente, filhos com idade superior a esta.

Este segundo critério, referente à mãe possuir pelo menos um filho de até 8 (oito) anos de idade, justifica-se pelo fato de que até esta idade, a criança necessita de maiores cuidados diários. Assim, uma das propostas desta pesquisa é investigar questões relativas a parentalidade, mais especificamente, aquelas relativas aos filhos menores ou ainda pequenos. Este período foi selecionado por apresentar a característica de requerer maior dedicação de tempo, energia e envolvimento pessoal para o desempenho do papel e das funções parentais.

A idade das mães (terceiro critério) encontra-se, por sua vez, relacionada ao último critério, idade do filho menor. Estabelecemos a faixa etária entre 25 e 45 anos por se tratar das idades mais prováveis de uma mulher, de forma geral, possuir um filho com até 8 (oito) anos de idade.

5.2.2. Características das famílias participantes

Nove mães separadas/divorciadas que viviam sozinhas com seu(s)/sua(s) filho(a)s foram entrevistadas. Os nomes reais dessas participantes foram mantidos em sigilo. Foram estipulados nomes fictícios para que pudéssemos nos referir a cada uma delas. Optamos por eleger nomes em ordem alfabética, sendo cada letra referente à ordem numérica em que a mãe foi entrevistada. Portanto, a primeira mãe entrevistada, foi nomeada com a primeira letra do alfabeto, com o nome “Ana”, a segunda, com o nome “Bárbara”, e assim por diante, como descrito na lista a seguir:

- a) **Ana** – 37 anos, advogada, divorciada há 4 anos, 1 filho de 6 anos.
- b) **Bárbara** – 44 anos, psicóloga, divorciada há 6 anos, 1 filha de 7 anos.
- c) **Carla** – 35 anos, bibliotecária, separada há 3 anos, 1 filha de 6 anos.
- d) **Dora** – 37 anos, jornalista, separada há 2 anos, 2 filhos de 6 e 9 anos.
- e) **Esther** – 34 anos, assistente social, separada há 2,5 anos, 1 filha de 3 anos.
- f) **Flora** – 33 anos, analista de sistema, separada há 3,5 anos, 1 filho de 8 anos.
- g) **Gabriela** – 42 anos, médica, separada há 6 anos, dois filhos de 6 e 16 anos.
- h) **Helena** – 30 anos, médica veterinária, separada há 4 anos, 1 filho de 4 anos.
- i) **Inês** – 30 anos, estudante de jornalismo, separada há 3 anos, 1 filha de 3 anos.

Dentre essas nove mães, apenas 4 (quatro) possuíam parceiros atuais fixos, os quais eram denominados de namorados ou companheiros. Todas essas mulheres moram com seu(s)/sua(s) filho(a)(s), sendo que 3 (três) moram sozinhas, 4 (quatro) na companhia de uma ou mais auxiliares domésticas (empregadas), 1 (uma) mora com a sua mãe, enquanto outra na residência de sua avó (a bisavó dos seus filhos). Quatro (4) dessas mães residem em bairros da zona sul do Rio de Janeiro, outras 3 (três) mães residem em bairros da zona norte, enquanto 2 (duas) mães residem em bairro considerado da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Todas as mães entrevistadas trabalham e exercem funções profissionais, condizentes com a sua formação (todas com nível superior), com exceção de 1 (uma) das mães que ainda se encontra freqüentando a faculdade, cursando a graduação. Sendo assim, 8 (oito) dessas 9 (nove) mães possuem nível de escolaridade superior, sendo que dentre estas, 6 (seis) possuem diplomas de cursos de pós-graduação, 1 (uma) possui mestrado e outra completou uma segunda graduação recentemente. A faixa etária das mães entrevistadas variou entre 30 e 44 anos. E o tempo de separação/divórcio entre 2 e 6 anos.

Quanto ao perfil das crianças ou filhos, podemos observar que 7 (sete) das nove mães entrevistadas possuíam apenas 1 filho. As duas demais possuíam dois filhos e nenhuma família possuía mais do que esta quantidade de prole. A idade das crianças variou entre 3 (três) e 8 (oito) anos, sendo que 2 (duas) crianças possuíam 3 (três) anos, 4 (quatro) crianças possuíam 6 (seis) anos, e as demais possuíam 4 (quatro), 7 (sete) e 8 (oito) anos respectivamente.

A partir dos relatos, podemos constatar que todas estas crianças freqüentavam colégios ou escolas particulares, e que iniciaram os estudos e/ou atividades pré-escolares em idade bastante precoce.

No que diz respeito ao perfil paterno, os pais das crianças apresentavam idade variando entre 36 e 52 anos. O nível de escolaridade mais freqüentemente observado foi o de terceiro grau completo (dois pais), sendo que dois pais possuíam o segundo grau completo e outros dois, curso de mestrado. Dentre esses pais, e diante dos depoimentos das mães constatamos que 5 (cinco) homens já se encontravam co-habitando com outra companheira. No entanto, dentre esses, somente 1 (um) havia tido outro filho com a nova parceira.

5.3. Entrevistas

A entrevista é uma técnica de investigação amplamente utilizada em pesquisa social, pois permite a obtenção dos mais diversos aspectos da vida social além de obter dados profundos acerca do comportamento humano (Gil, 1999). A partir desta técnica torna-se possível conhecer aquilo que as pessoas “... sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas...” (Gil, 1999, p. 117).

Baseados na explicação acima, optamos por utilizar esta técnica da forma mais informal possível com o intuito de obter relatos profundos. As entrevistas possuíam características de conversas informais, sem um modelo pré-estabelecido de interrogação, somente seguindo um determinado roteiro de entrevista.

As entrevistas foram realizadas em locais e horários escolhidos pelas próprias participantes. Duas mulheres optaram por serem entrevistadas em suas próprias residências. Outra participante foi entrevistada na mesa de uma lanchonete de um Shopping Center da Zona Sul, uma na Faculdade onde estuda e as demais em seus locais de trabalho (escritório, consultório e hospital).

Elaboramos um roteiro de entrevista a partir da revisão de literatura realizada inicialmente. Este roteiro teve como função somente guiar o entrevistador para que todas as áreas concernentes ao tema fossem enfocadas, mas permitindo que os depoimentos pudessem ser o mais amplos, ricos e esclarecedores possíveis. Os itens não foram lidos, somente geraram perguntas abertas permitindo a maior liberdade possível das respostas, e preservando, assim, a espontaneidade, a naturalidade e a informalidade durante as entrevistas. A seguir encontra-se o roteiro de entrevista:

☒ Roteiro de entrevista

1) O que você acha (ou como se sente) de morar sozinha com seu/sua filho(a), e criá-la nesta situação?

2) Como você se sente com relação aos cuidados com ele(a)? Como é o seu dia a dia?

3) Com relação ao pai da criança. Como é a relação entre vocês dois? E como é a relação do pai com a criança?

4) Como é a relação com a família de origem? Materna e paterna.

5) Como é a sua vida profissional? Como é dividida a responsabilidade econômica com a criança?

6) Como é a sua vida social e afetiva?

7) Como está e o que mudou (se mudou) na relação com seu/sua filho(a) antes e depois da separação.

8) Você sente necessidade de receber alguma ajuda na criação de seu/sua filho(a)? Isso acontece? De quem e de que forma?

Não havia um tempo padronizado para a duração das entrevistas. A duração destas variou entre uma hora e meia a cerca de três horas. O conteúdo das entrevistas foi gravado em gravador de fita cassete para posterior transcrição e análise.

5.4. Demais instrumentos

Além das entrevistas, foram utilizados ainda outros três instrumentos com o intuito de complementar os dados da pesquisa. Uma Folha de Relatório (anexo I), uma ficha de Dados Sociodemográficos (anexo II) e o Termo de Consentimento (anexo III).

A Folha de Relatório tinha como função registrar os dados gerais da mãe entrevistada, possibilitando assim futuros contatos. Além disso, englobava dados gerais e específicos sobre a aplicação da entrevista, além de possuir um espaço cabível para observações. Esta folha deve ser mantida em sigilo, separada dos demais instrumentos, com o intuito de proteger a privacidade da entrevistada e sua prole.

Na Ficha de Dados Sócio-demográficos foram anotados idade, profissão e nível de escolaridade da mãe e do pai, assim como a idade, sexo e data de nascimento da criança em questão. Esta ficha possibilita uma visão geral de algumas características sócio-demográficas da população estudada.

O Termo de Consentimento foi elaborado com o intuito de atender aos interesses tanto do entrevistado, quanto da entrevistadora (pesquisadora). Nele, constam dados esclarecedores a respeito da pesquisa, que informam as participantes quanto aos seus direitos e contribuições no estudo. Por outro lado, confere ao pesquisador a permissão para a gravação da entrevista a ser realizada e a utilização do conteúdo desta para fins científicos.

Os três instrumentos acima descritos eram aplicados e preenchidos nos momentos iniciais do encontro entre a pesquisadora e a participante, antecipando, portanto, o início da entrevista propriamente dita.

5.5. Análise dos resultados

Os depoimentos foram coletados mediante gravação autorizada e transcritos de forma integral e detalhada. O conteúdo dos discursos foi interpretado a partir das categorias que emergiram das falas dos entrevistados (abordagem êmica). As entrevistas foram analisadas individualmente e comparadas entre si (análise inter-participantes), quanto aos temas e conceitos que nelas surgiam. O intuito primordial da análise foi identificar recorrências nos discursos dos entrevistados, que permitiam visualizar alguns valores próprios do grupo social dos participantes.

Foram realizadas três entrevistas piloto, a partir das quais selecionamos algumas pré-categorias. Essas pré-categorias auxiliaram a elaboração do roteiro de entrevista, anteriormente citado.

6 Resultados e discussão

A partir dos relatos obtidos nas entrevistas e da realização das análises, selecionamos aquilo de mais freqüente, comum e recorrente que surgiu nas diferentes falas. Esses conteúdos foram agrupados e formaram as chamadas “categorias”. Nas análises entre as participantes surgiram as seguintes categorias:

6.1. Vivências após a separação

O período posterior à separação pode ser vivenciado de diversas maneiras. Os membros da família relatam, em sua maioria, um sentimento de bem-estar ou alívio, logo após a separação. No entanto, existe na literatura a descrição da experiência de depressão e solidão nesses primeiros estágios. Mas de modo geral, reconhece-se a presença de elementos positivos e negativos nesta experiência (Féres-Carneiro, 1998, 2003 ; Kier, C.; Lewis, C. & Hay, D., 2000). Muitos relatos ressaltaram que o momento inicial transcorre com a melhora do estado anterior que era de conflito latente.

“Ah...os ganhos são maiores que as perdas, bem maiores. O ganho é a convivência assim estreita, nós duas sempre, juntas, a gente trocando idéia. É a gente dormindo junto, de vez em quando; acordando e fazendo passeios. Coisas de duas mulheres...” (Carla, 35 anos).

“Mas aí chegou uma hora que ele tomou a decisão de separar. No começo foi um alívio. Assim, nas duas primeiras semanas, primeiro mês, segundo mês, eu me senti aliviada. Foi a primeira sensação. Depois, eu comecei a entrar numa depressão horrorosa.” (Helena, 30 anos).

Uma posição de certa forma ambígua estava presente no relato da maior parte das entrevistadas. Como exemplo, temos o relato dessa mulher que afirma o bem-estar após a separação, mas também afirma que a separação foi bastante complicada e gerou sofrimento psíquico.

“Então, a separação foi muito boa pra nós três, na verdade, e pro A.(criança) principalmente. O A. ficou mais calmo, ele era agressivo, ele batia nos amiguinhos na pracinha, era uma criança difícil. E passou a ser uma criança muito tranqüila. Assim, bem visivelmente melhor. Assim, do médico, o pediatra, na consulta seguinte que ele teve, o pediatra falou assim: “O que aconteceu com esse menino? Tá ótimo, tá maravilhoso.” Eu disse: “Ah, eu me separei, deve ser isso.”. E ele: “Deve ser não, com certeza!” (risos).” (Ana, 37 anos).

“A separação em si foi desagradável, mas tirando isso... (risos), o resto, foi tudo bem. É muito difícil, muito difícil. Muito complicado. A gente se casou na Igreja, com papel, festa. Tudo, tudo.” (Ana, 37 anos).

No caso, as duas participantes anteriormente citadas não foram responsáveis por pedir a separação, cabendo ao marido essa iniciativa. No entanto, segundo Jablonski (1998), na grande maioria dos casos, a separação é solicitada pela mulher. Achados semelhantes foram encontrados em nossas entrevistas. A decisão por separar, partiu de cinco mulheres participantes em nosso estudo, independente das possíveis conseqüências que aquela escolha poderia lhes causar. Os motivos para essa tomada de decisão foram diferentes para cada uma delas. Para algumas mulheres, significou o início da possibilidade de atingir alguma autonomia, para outras foi deflagrada pela descoberta de uma traição. No entanto, em todos os casos, denotamos a iniciativa no sentido de buscar uma relação afetiva mais satisfatória.

“E também me impedia de viver minha vida. Então eu preferia... Não era uma pessoa equilibrada o suficiente para você poder colocar, não entendia direito. Então foi propício, o rompimento, para que eu começasse a viver minha vida, né?” (Bárbara, 44 anos).

Nas famílias mais tradicionais, no entanto, a separação e/ou divórcio ainda significa um momento difícil, onde os tabus e expectativas são quebrados.

“Porque pra nós dois, o final do casamento foi muito complicado por esta questão familiar. Na verdade, eu acho que, pra mim até mais do que pra ele. Tanto que eu nem teria tido coragem de tomar iniciativa, mesmo sabendo que a relação não tava boa. Porque nós dois tínhamos muito essa idéia do conceito de família tradicional, pai, mãe e filho, morando numa casa só. Nós viemos de famílias assim, então, pra gente a idéia de criar um filho separado era muito ruim ... a minha família ficou muito abalada com a separação. Família é mineira e tradicional, então todo mundo lá é casado.” (Ana, 37 anos).

6.2. Percepções sobre a paternidade

As idéias e percepções das participantes acerca dos pais representam um dos temas mais amplos e recorrentes que surgiu nos relatos provenientes das entrevistas. A paternidade é comentada quanto a diversos aspectos, portanto, esta categoria foi dividida em algumas sub-categorias.

6.2.1. A percepção das mães sobre a imaturidade dos pais.

Em sete entrevistas, quando se comentava questões referentes à paternidade, as mães revelavam a crença de que os pais de seu(s)/sua(s) filho(a)(s) apresentavam atitudes imaturas ou infantis, não sendo capazes de arcar com a responsabilidades inerentes à paternidade, ou ainda à vida em família.

“Então, eu acho que ele não tava preparado pra ser pai. Eu também não tava preparada pra ser mãe, mulher e dona de casa e profissional. Então, junta um monte de coisa. Eu não tava preparada, nem ele.” (Carla, 35 anos).

“Ele não tinha condições de assumir a família. Nem, financeiras, psicológicas... Tanto que até hoje, não casou com ninguém, não teve mais filhos, mora com a mãe dele.” (Gabriela, 42 anos).

A partir desses relatos, surgiram reflexões que originaram dois grandes questionamentos: Será que havia, em todos esses casos, uma real imaturidade para o desempenho das funções e papéis parentais, ou na verdade existia uma idealização equivocada da parentalidade? Ou ainda, se esses homens apresentavam, em geral, características mais infantis ou dependentes, porque essas

mulheres, em sua maioria autônomas e independentes, os selecionaram como parceiros?

“E eu acho que pra ele a paternidade foi complicadíssima, no início. Ele se acostuma muito mal às restrições. Ele tem três irmãos mais novos. Então, ele é muito ligado em criança, tem muita experiência em cuidar de criança, é super à vontade com bebê, fraldinha... Só que eu acho que ele esperava que fosse ser exatamente como era com os irmãos. Que uma coisa é ajudar, mas sem responsabilidade... Aí, ele sacou que a interferência na vida dele era muito mais séria... em todos os níveis, né?” (Ana, 37 anos).

“...ele nunca conviveu com criança e ele não sabe cuidar de criança. Aí as coisas que aconteceram da criança chegar toda molhada de xixi, porque ele não tem a percepção de pegar e levar e botar... a percepção de dar comida na hora certa, de ver que a criança tem horário pra ficar no sol. Levava a criança o dia inteiro pra praia. ... Ele é uma pessoa egoísta, foi filho único, muito egocêntrico, faz o que ele quer, da maneira que ele acha que quer, não ouve ninguém... Não aceita intervenção de outras pessoas, ou conselho. Então, não tem condição de deixar uma criança sozinha nas mãos de uma pessoa assim.” (Esther, 34 anos).

A postura dessas mulheres pode ser hipoteticamente compreendida se pensarmos as atitudes autônomas que elas apresentam nos diversos setores de suas vidas. Guardando-se os devidos cuidados com possíveis generalizações, muitas hipóteses podem ser levantadas. A autonomia e postura independente dessas mulheres podem gerar julgamentos excessivamente críticos e exigentes para com os genitores de seus filhos. Ou ainda, esta mesma atitude diante do casamento e do relacionamento, podem ter tolhido a possibilidade desses pais terem uma atuação mais evidente ou presente com relação aos filhos.

6.2.2. Desempenho do papel paterno após a separação

Neste item, agrupamos os relatos referentes à atuação dos pais após a separação, como são organizadas as visitas e como ficou o relacionamento da criança com o pai. Embora, de acordo com a literatura, a tendência mais frequente após a separação ou divórcio, seja o afastamento paterno dos(s) filho(s) tanto físico quanto emocional (Wagner & Grzybowski, 2003), este resultado não foi encontrado neste estudo.

Sob o ponto de vista materno, dois pais fortaleceram o vínculo após se afastarem do convívio diário com o(a) filho(a), e passaram a assumir de forma mais comprometida e satisfatória as suas funções paternas. No entanto, de forma geral, as tarefas tendem a não ser divididas de forma igualitária. A maior parte das vezes, constatamos que as obrigações que exigem maior responsabilidade ficam a cargo das mães, corroborando os achados e as considerações de Brandt (2001) e Carter & McGoldrick (2001).

“Os dois anos depois que o A. (criança) nasceu, de vida em comum, foram horrorosos... ele (pai) sempre relutando muito em assumir as obrigações e tal, com o A.. E aí, depois que a gente se separou, ele assumiu naturalmente. Então, ele passou a ter um tremendo senso de responsabilidade com o A.. Ele cuida bem do A.. Ele assume as obrigações, leva tudo a sério. Ele lê a agenda, o dever, assina a agenda, a provinha, providencia as coisas.” (Ana, 37 anos).

“O meu ex-marido nunca dividiu, na verdade, nada comigo. Ele passou até a dividir mais depois de separado do que enquanto casado. Eu acho que hoje ele exerce muito melhor o papel de pai do que antigamente. Mas, mesmo assim, ainda deixa muito a desejar. Na hora que tem que tomar atitude, que tem que pegar no colégio, levar num médico, sempre sou eu. Exceto quando eu falo: “Realmente, olha, não posso, leva no dentista, leva...” Então ele está começando a fazer essa função. Mas é assim, com muito sacrifício, e com muito “por favor”, pra que ele cumpra essa obrigação.” (Dora, 37 anos).

Quatro entrevistadas relataram certa dificuldade no que diz respeito à negociação com os ex-cônjuges dos horários e frequência de visitas das crianças. Essas mães, em geral, reclamam da pouca participação, de instabilidade ou de imprevisibilidade das atitudes paternas.

“Tem contato com o pai, mas não muito assíduo. Teve uma época que ele até pegava final de semana sim, outro não. Mas foi porque eu insisti muito. Porque antes, quando era bebezinho, ele ia lá em casa uma vez por semana. Outra vez falhava, ficava três semanas sem aparecer. Ai depois começou a pegar pra passear, quando o G. (criança) já tinha um aninho mais ou menos, pegava no domingo, ficava só o dia. Mas também é quando sobra um tempo, ele pega. Eu falei: “Não, agora você começa a dormir com seu filho. Então, vamos fazer igual

a qualquer casal separado normal faz. Um final de semana é seu, outro é meu..”
(Helena, 30 anos).

Três mães relatam que o pai passa a participar com mais frequência da rotina da criança quando esta atinge uma idade mais avançada. Esta prática pode estar relacionada a questões culturais. Pois, tradicionalmente as mulheres se encarregam com maior frequência de assumir o papel de cuidadoras, sobretudo dos bebês e das crianças pequenas, enquanto os pais se sentem desqualificados ou são assim considerados para tomar conta de bebês. Ou ainda, porque os pais, em geral, apresentam maior facilidade para se relacionarem com crianças mais velhas como acentua Peck e Manocherian (2001).

“Ele passou a participar mais, a curtir mais, depois que ela cresceu. A interagir mais, acho que depois de um ano e pouquinho, ela andando. Porque, aí, já começa a falar, né? Mas, a fase de bebê mesmo, muito pouco, ele não participou, né?” Agora participa mais. Quando ela já tá maiorzinha, acho que até pela facilidade, participa bastante. Todo o final de semana ele tem contato com ela. Ou ele fica sábado ou domingo. Aí, ele pega de manhã e entrega à noite.” (Esther, 34 anos).

“Ah, isso a partir dos dois anos. Aí, começou a pegar e a dormir, e aí ficou um tempo legal assim, a gente nesse convívio bom. Mas, só que agora voltou a querer ficar só um dia, não querer dormir mais.” (Helena, 30 anos).

“Ela (criança) começou a ir pra casa dele com 6 meses. Mas, aí ela ia passar o dia. Quando ela fez 1 ano, eu estendi isso de sábado pra domingo. E, depois de um tempinho, eu comecei a falar: Não, pode pegar na sexta, não tem problema.” (Inês, 30 anos).

Duas participantes relataram que o pai participava mais do cotidiano, do dia a dia da criança, antes da separação, do que a mãe. Neste caso, um dos pais possuía um vínculo muito forte com o filho, que foi alterado após a separação porque o pai foi morar em outra cidade do nordeste do país.

“O pai dele mora em Maceió. Foi pra lá, se juntou com a mulher e está lá. Então, pra ele foi fácil, largar tudo, a família dele inteira, os pais, os irmãos, o filho! Largou tudo pra trás e foi pra lá, sem drama na consciência nenhuma. Enquanto éramos casados, ele tinha muito mais tempo pro P. (criança) do que eu.

Porque eu sempre tive essa coisa de trabalhar de segunda a sexta, com horário de entrada e horário de saída. E o C. (pai) como professor, tinha uma flexibilidade maior. Porque só dava aula à noite, ou de manhã, então na parte da tarde tava em casa. Então, esse vínculo pai e filho foi criado. Eles tem um elo muito forte. De P. (criança) falar às vezes até nos fins de semana que ele estivesse comigo, assim: “Ah, eu queria tá com meu pai.” Porque o pai do P. criou esse elo com ele. Enquanto P. era bebê, ele deixou de mamar muito cedo no peito, foi muito cedo pra mamadeira. Então ele fazia questão de acordar à noite, dar mamadeira pro P.. Então tem esse elo forte entre os dois. Entre eu e P. também, mas eu não posso nem falar disso dele, que ele sempre foi muito presente nisso, né?” (Flor, 33 anos).

“No começo foi muito difícil pra ela, porque ela tinha ligação forte com o pai, ele era muito presente. Assim, presente porque tava todo o dia em casa, né? Então, ela sentiu a ausência dele, nesse sentido. Mas ele nunca foi um cara assim, de ficar brincando com criança, sentado no chão, entendeu? Fazendo aquelas coisas que criança gosta. Mas, ela sentiu essa falta...” (Carla, 35 anos).

Por outro lado, a literatura (Wagner & Grzybowski, 2003) mostra que muitos pais se afastam de seu(s)(suas) filho(s)(as) após a separação ou divórcio, podendo, inclusive, se tornar completamente ausentes. Na nossa investigação, dois pais mostravam-se completamente ausentes, sem manter nenhum contato há anos com seus filhos. O motivo para tal ausência paterna, no nosso estudo, mostrou-se variável, estando relacionado com questões financeiras (quando os pais não querem ou não podem assumir o pagamento de pensões) ou fatores emocionais (frequentemente provocados por relacionamento conflituoso com as ex-companheiras).

“Porque ele (pai) não te procura, porque ele não aparece.” Então, o que eu vou responder? E isso é difícil pra mim, né? Porque aí você passa a sentir raiva. Dá raiva da pessoa. Então, é difícil separar as coisas. Mas eu nunca falei mal dele, eu não ataco ele. “Teve uma vez que eu levei ela (criança) ao encontro dele, e na última hora, ele marcou, depois desmarcava. “Não vou.” E a menina ficava nessa expectativa. E aí não vai, depois liga dizendo que vai. É essa enrolação toda. Isso gera um desconforto tremendo, né? Eu não queria que ela passasse por isso. ... Uma vez telefonou, a B. (criança), acho que devia ter uns 5 anos, atendeu.

E minha mãe ouvindo na extensão os papos, né? Porque ele falando coisas pra menina que não tinham nada a ver. Aí ele falou. “Sua mãe não tem culpa de nada... o culpado de tudo sou eu...” Aí vem com aquela história de “eu te amo”. Então o que deve passar na cabeça da menina. Como pode dizer “eu te amo”? Que amor é esse que a pessoa não aparece?” (Bárbara, 44 anos).

“Olha, é mais opção dele, não é minha. É do pai. Ele ainda chegou a ver o H. (criança) com até uns dois anos eu acho... três. Mas depois ele parou de ver. No momento ele não vê. Só liga, manda presente, mas não vê. Mas ele liga pro filho todos os dias. Liga, fala por telefone, manda presente no Natal, Dia da Criança, no Aniversário, né? Mas não vê.” (Gabriela, 42 anos).

6.2.3. Confusão entre os papéis parental e conjugal

Em alguns trechos das entrevistas, surgem questões que envolvem o relacionamento do casal e afetam os papéis parentais. Em geral, as mães relatam a existência da confusão entre esses relacionamentos de diversas maneiras. Por exemplo, os pais podem não conviver ou se afastarem dos filhos, não realizando as visitas ou o pagamento da pensão, devido à dificuldade no relacionamento com a ex-esposa.

“Ele não conseguiu conviver com a função dele, né, assumir. Ele confunde as duas coisas, a relação comigo e com a filha... então, ele se afastou. Então, às vezes que ele se aproxima são esporádicas, por telefone, em condições inapropriadas. Então, desde os quatro anos ela não tem nenhum contato com ele. Já tem uns quatro anos...” (Bárbara, 44 anos).

Os pais, em geral, podem estar mais ou menos próximos dos filhos, de acordo com a qualidade de seus relacionamentos com as ex-companheiras. Três mães relataram que seus ex-maridos se envolveram mais com os filhos num pretexto para uma reaproximação afetiva com elas. Pois, quando a tentativa fracassou, esses se afastaram das crianças.

“Então, ele ainda tem uma resistência. Porque, na verdade, é esta questão comigo, ele tem ainda uma questão emocional comigo. Enquanto ele tinha esperança que eu voltasse, ele fazia mais coisas. Agora, que ele realmente viu que não tem a possibilidade de voltar, ele tenta me atingir, deixando os meninos de

lado, não pegando os meninos, ou trocando o final de semana. É complicado.” (Dora, 37 anos).

O mesmo pode ocorrer com as mães em relação aos pais. Ou seja, o “mal marido” é confundido ou considerado como “mal pai”. As mães confundem seus problemas afetivos e pessoais com o pai de seu(sua)(s) filho(a)(s), interferindo no direito ao contato e relacionamento entre eles.

“Mas, no começo não era fácil. Nossa, eu queria me matar! “Você não presta, então, não vai pegar a minha filha!” Mas aquelas coisas... grita, xinga, fala palavrão. Fiz tudo, tudo da mulher traída, separada e sofrida. Porque, quando você se separa, você tem a vontade de dizer, “ah, não me quer, então, não quer a filha também. Não vai ter direito.” Mas aí, eu sempre tentei... sublimar isso. Não, ele tem direito. E, principalmente, ela tem direito. Eu não posso tirar o direito dela. E como eu já tava fazendo terapia antes de me separar, isso me deu força. Eu procurei, assim, ser justa com ela. Ter respeito ao sentimento dela, como filha...” (Carla, 35 anos).

Assim, como é frisado por Peck e Manocherian (2001), algumas questões afetivas mal resolvidas do casal podem afetar o relacionamento desses com os próprios filhos. Os pais podem não realizar as visitas com frequências desejáveis ou estáveis, ou as mães podem gerar dificuldades para que estas transcorram naturalmente. Observamos que a relação conjugal afeta, de alguma forma, a relação parental.

6.2.4. Idealização da figura paterna

Dentre todas as mulheres entrevistadas, sete relatam um ideal de pai. Elas valorizam muito, em suas declarações, a presença masculina e paterna na vida do(a) seu (sua) filho(a).

“Eu sempre tentei estimular muito este relacionamento (do filho com o pai). Porque eu acho super importante ter uma figura de pai definida.” (Ana, 37 anos).

“... eu acho que figura paterna, ela desloca às vezes pro professor. Ano passado, ela tinha um professor de ciências que às vezes ela chamava até de pai. Agora tem um frei, sabe? Ela consegue até deslocar.” (Bárbara, 44 anos).

“Agora, as perdas... Ah, tem a figura paterna, né?... fica vazia. Tem meu pai, meu irmão, tios, tem a família de homens, mas, assim, o pai né? Ter o pai dentro de casa... acho que perde um pouco. Ter um pai também ausente, não é só pra dizer que tem, sabe, “eu não sou feliz, mas tenho marido”? Eu não quero.” (Carla, 35 anos).

Algumas mães (três) idealizam a figura do pai associada à figura de marido. Portanto, segundo essas mulheres, o “bom pai”, antes de tudo tem que ser um “bom marido”. Essa visão é justificada pelo fato do pai dever ser, na opinião dessas mulheres, exemplo de cônjuge para os filhos.

“Olha, eu acho que um pai tem que ser carinhoso, ensinar com amor, conversar muito. Tem que descer ao nível da criança. Não ser imperativo o tempo todo, grosseiro. Enfim, é saber tratar uma mulher, dar um exemplo de tratamento. É isso que eu espero de um homem. E o pai deles não tinha essa atitude.” (Dora, 37 anos).

Verificamos também relatos da experiência das mulheres com suas famílias de origem, principalmente durante a infância, com relação ao convívio e o relacionamento com seus próprios pais. Algumas delas também foram criadas em famílias monoparentais e projetam suas experiências para o(a) filho(a).

“Porque é difícil também pra mim, não vou te negar que é difícil pra mim conversar sobre isso com ela. Até porque eu tive um pai muito presente. Meu pai foi muito pai. Foi pai até demais. (risos) ... Ele podia não ser um bom marido, mas ele era muito bom pai. Ele nunca deixou faltar nada. E, pra mim, é difícil ver a minha filha sem essa figura paterna presente, como eu tive.” (Bárbara, 44 anos).

“Ah, eles separaram quando eu tinha 6 meses. Então também sempre foi muito natural. Porque eu cresci com eles separados. Entendeu? Não tinha muito essa paranóia de “mamãe vai voltar pro papai”. Tive contato com meu pai na infância. Mas o contato com meu pai era uma coisa muito assim... uma vez a cada dois meses... Ele não mora mais no Rio, há muito tempo. Então, é muito pouco, só vou na casa dele uma vez por ano...” (Inês, 30 anos).

Surgiram ainda em quatro entrevistas, concepções depreciativas sobre a figura paterna.

“Eu não sei de outros pais que se separam. Mas, os relatos que eu escuto das minhas amigas são todos iguais. A prioridade passa a ser a outra mulher. Passa a ser a vida profissional, a vida afetiva deles, e o filho nunca é a prioridade. Eles até sentem falta, vontade... mas não têm o grau de interesse que a gente tem.” (Carla, 35 anos).

“Porque a gente sabe que, infelizmente, é a minoria dos pais que dão uma assistência total, aqueles que participam. Eu vejo pelos amigos, e digo, “olha eu vou puxar a orelha de vocês se vocês não participarem da vida dos filhos de vocês.” (Helena, 30 anos).

Uma das mães, inclusive, além de expressar seu ideal paterno, apresenta um sentimento de culpa pelo pai que “escolheu” para a filha.

“Eu já tive mais, assim, como se fosse uma culpa. Como se eu fosse também responsável por ter escolhido esse pai pra ela, né? Mas aí, depois a gente vê que não está na testa escrito. Eu não escolhi, propositadamente, esse pai pra ela.” (Bárbara, 44 anos).

6.3. Crise conjugal com a chegada do primeiro filho

Durante as entrevistas, seis participantes revelaram explicitamente que seus companheiros não possuíam, no momento da revelação da gravidez, ou da chegada propriamente dita do primeiro filho, preparo suficiente para assumir o papel e as funções paternas. Algumas vezes, a própria mãe confessava que também não se sentia madura ou “pronta” para ser mãe. Essas afirmações corroboram com as teorias de estudos acerca do desenvolvimento familiar, que tendem a considerar o evento do nascimento de um bebê como marco crítico dentro do ciclo de vida familiar. O casal afasta seu olhar da relação horizontal do casamento, passando a se dedicar e focalizar o relacionamento vertical com as gerações anteriores e futuras. Nem sempre a reestruturação da mudança do estado de casal para família se faz de forma tranqüila, equilibrada ou amadurecida (Brandt, 2001; Carter & McGoldrick, 2001).

“Primeiro, a crise do nosso casamento coincidiu com a minha gravidez. Então, foi muito relacionada à maternidade. Que é um negócio até normal, costuma acontecer, né? (risos) Então, a gente vinha muito bem, ótimos, felizes, e

tal, e eu fiquei grávida. Aí deu um nó! Mas aconteceram muitas coisas. Teve mudança de apartamento, a gente teve que passar um tempo na casa dos meus pais, e eu fiquei grávida, e enfim... Mudou tudo, ele ficou péssimo... E o A. (criança) nasceu...” (Ana, 37 anos).

“... mas eu tava querendo engravidar. ... Não foi acaso. Nós queríamos. E o que ele queria, era justamente uma forma de me ter, entendeu, de me possuir, na cabeça doida dele. Tanto é que depois, ele ainda queria ter mais um. Mas pra aprisionar mesmo, na cabeça dele. Eu queria muito ser mãe. Então, a gente fez na intenção de ter um filho. Ai eu engravidei, seis meses depois, durante a gravidez, é que isso já tava confuso, tava mal. Tava mal, já tinha recaído, tava confuso... e a gravidez todinha foi muito ruim. E foi por aí, um ano e pouco, porque nove meses da gravidez, mas os oito meses da B. (criança), foram assim, muito confuso. Foi um inferno mesmo. Então, não tinha como. Ou eu tinha que ficar com ela, cuidava dela, ou cuidava dele. E eu ia pras cucuias, né? (risos)” (Bárbara, 44 anos).

“Eu morava com o pai dele. Aí... durante a gravidez, eu tava com 5 pra 6 meses, aí a gente se separou. Foi muito complicado. Eu não sei porque tudo aconteceu muito rápido, se foram os hormônios. Eu fiquei muito estressada. Eu enjoiei demais. Eu passei três dias vomitando. Aí a médica falou: “Se você não conseguir tomar nem uma água de coco, eu vou ter que te internar.” Porque eu não conseguia parar de vomitar, tive anemia, tudo isso. E com esse enjoô, com tudo, eu criei uma aversão a ele completa. Ele não podia nem encostar. Então, eu, assim, até entendo, que pra ele foi difícil, né?” (Helena, 30 anos).

Uma das mães entrevistadas relata a vivência de dois casamentos com experiências semelhantes. Essa participante passou por duas separações nas quais estava com filhos pequenos. Na época da primeira separação seu primeiro filho tinha 1 ano de idade e, na segunda, seu segundo filho estava com dois meses. Segundo a entrevistada, as duas uniões transcorriam tranqüilamente até o momento da chegada do bebê, quando crises bastante sérias deflagraram conflitos que culminaram em divórcio.

“A gente ficou casado durante uns seis anos. Mas logo que o H. (criança) nasceu, a gente se separou. Estava com mais ou menos dois meses, quando a gente se separou. Foi realmente uma separação complicada... Porque o M. (filho

mais velho de 16 anos, fruto de um primeiro casamento) acabou que, coincidentemente, eu também me separei do pai do M.. A gente também ficou junto 10 anos e eu me separei dele o M. tinha um ano. Era também pequeno. Eu conheci o pai do H. quando o M. tinha cinco anos. Então, eu praticamente criei os dois sozinho né? Dos cinco aos dez de M. tive um casamento, mas de um a cinco não.” (Gabriela, 42 anos).

6.4. Mulheres independentes e autônomas

Algumas (sete), mas nem todas as mães entrevistadas, revelaram possuir uma postura bastante autônoma e independente diante de diversas situações. Esta característica foi observada nas atitudes dessas mulheres diante de suas relações com os filhos, com a sua própria família, com o ex-cônjuge, nas suas relações afetivo-sexuais e com o trabalho.

“... pra mim é mais tranquilo do que estar com uma pessoa problemática do meu lado atrapalhando. Já que não pode ajudar, então, não atrapalha, né? Então, com ele era pior ainda, porque me atrapalhava muito, me tumultuava a vida. E acho que até a dela também. Eu preferi optar pelo rompimento.” (Bárbara, 44 anos).

“No final das contas, eu acabava decidindo tudo, porque eu, a mulher toma a frente e decide mesmo, e o homem fica de coadjuvante, entendeu, às vezes até atrapalha.” (Carla, 35 anos).

“Foi minando e chegou a um ponto em que eu já estava fazendo doença, estava ficando mal, ficando sempre, sabe, pra baixo... E eu não sou uma pessoa assim. Eu falei: “Não. Então, é melhor eu viver minha vida.” É difícil. É muito difícil. Mas, eu estou indo. (risos).” (Dora, 37 anos).

“Ah, a experiência é difícil, porque a gente tem que dar conta de tudo, né? De trabalhar, de administrar a casa, no caso, administrar a babá, administrar a própria vida da criança, administrar a nossa vida, pagar as contas, supermercado... Então, isso tudo fica centralizado numa pessoa só, que sou eu. Então, é difícil, é bastante complicado. (risos). Eu penso que essa coisa de ser centralizado tudo em mim é uma perda. Mas, na realidade, especificamente no meu caso, eu acho que mesmo estando com ele, acabaria também ficando tudo ao

meu cargo mesmo. Eu sempre me organizei um pouco assim. Sempre fui muito independente. E isso é uma característica que eu tenho desde pequena. Então, acho que é meu perfil também, minha característica. (Esther, 34 anos).

6.5. Poder materno (mãe centralizadora e controladora)

Todas as mães entrevistadas possuíam a guarda das crianças. No entanto, percebe-se, em alguns relatos, que além dos cuidados e responsabilidades inerentes à maternidade, essas mães demonstram acreditar que todas as decisões relativas à vida da criança estão centradas em suas mãos. Por vezes, elas não permitem que a opinião ou os anseios paternos sejam levados em consideração, demonstrando a necessidade de controlar em todas as questões relativas aos filhos.

“A. (6 anos) dorme na casa dele (pai), duas vezes por semana. A gente não quis ainda um final de semana inteiro. Porque a gente achou que o A. era muito pequeno e ele morria de saudade. ... Aí, eu também coordeno tudo, a babá está lá em casa... Não tem problema nenhum. Eu deixo ele (o pai) também livre pra almoçar lá em casa o dia que ele quiser. ... Eu tento diminuir ao máximo as obrigações dele (do pai), e deixar tudo lá pra casa. Porque eu acho que lá em casa, a rotina é mais correta. Ele tem tudo mais organizado, porque é a casa dele. Mas ele tenta fazer da casa dele, a coisa mais confortável e legal, pro filho também se sentir em casa.” (Ana, 37 anos).

“A referência que ela tem, a única referência que ela tem sou eu. Então, ela fica sem opção também, fica muito voltada, centralizada só em mim né? Quer dizer, eu sou alvo de toda (risos), quer dizer, dos ódios e dos amores dela também. Eu sou a referência de tudo. A questão de dar bronca, de dar carinho, de dar limite, de dar sustento, de dar tudo sou eu. Então, é muito intenso. Pra ela eu sou a referência centralizadora dentro da vida dela.” (Bárbara, 44 anos).

“Justamente pra eu poder participar dessa criação dela, porque eu acho que mãe, nesse início, é uma coisa muito importante. Ela precisa muito, ela solicita muito. E eu sou... o que ela tem. Entendeu? Apesar da gente morar com minha mãe, a minha mãe sai muito, vai trabalhar, volta muito tarde. Então, quem está ali sempre, sou eu mesmo. A roupa dela sou eu que lavo, a comida sou eu que faço. Então, eu sou muito presente. Eu me organizei pra estar dessa forma. Pelo menos, enquanto eu posso, né?” (Inês, 30 anos).

A função materna de cuidar, defendendo, prevendo e decidindo aspectos da vida do(a) filho(a), freqüentemente, pode ser utilizada como justificativa para atitudes centralizadoras e controladoras.

“Eu acho que isso (separação) também ia atingir a B. (criança). Então, eu quis preservá-la disso. E foi bom, porque ela é uma criança feliz e alegre. Ela deve ter essa falta, essa ausência. Mas acho que, por outro lado, ela tem uma vida social que ela não teria, porque ele (pai) é muito centralizador. Sabe? Muito possessivo, muito paranóico. Então, isso acabava restringindo muito nossa vida social. E ia restringir a vida dela também. ... A gente tem essa, eu acho que é mãe, né, a gente tem essa coisa de proteger, mas não dá pra proteger de tudo. Eu acho até que não é bom, né? Hoje em dia, eu vejo que não é bom. ... Mas eu não vou deixar a minha filha na mão de uma pessoa que eu não sei se amanhã vai encher a cara, vai pegar minha filha e botar num carro, e sabe, levar pra onde. E ele (pai) não tem esse discernimento. Eu convivi, eu sei que não tem. Então, eu ... tenho muito medo...” (Bárbara, 44 anos).

“Eu tenho essa noção. E eu prezo muito a qualidade de vida dentro de casa. De ter um ambiente harmonioso, saudável. Porque isso tudo reflete diretamente na criança. Na base da formação da criança. Então, eu até achei bom que as coisas aconteceram da forma que aconteceram, porque ela já cresce achando que é uma relação normal. Não senti tanto esse rompimento. Achei que foi tranquilo. (risos). Mas não é fácil. Por conta de estar tudo centralizado em cima de mim.” (Esther, 34 anos).

“Ah, não. É tudo por minha conta. Eu que decido tudo (risos), eu que resolvo tudo. Até da parte financeira também, é sempre tudo comigo.” (Gabriela, 42 anos).

“Hoje, atualmente, eu virei e falei assim: “Não. Então, ou faz, ou não faz.” E, aí, eu dei uma cortada. Tivemos uma discussão. E aí ele promete que vai não vai. G. (criança) pergunta: “Porque que meu pai não vai?” Aí eu falei assim: “Não. Enquanto você não fizer direito, você não pega mais. Quando você realmente quiser ficar com seu filho, você vai fazer direito.” Pra ver se de alguma forma eu consigo obrigar a mudar a situação. Porque, de repente, posso até não estar certa... Mas alguma tentativa tem que fazer. E aí ele começou, de vez em quando ele vai lá na escola e visita o filho na escola.” (Helena, 30 anos).

“... eu acho que seria mais isso, de você ter alguém pra dividir as coisas. Mas por outro lado, eu também já to achando ótimo não ter que discutir nada com ninguém. Tipo: “Ah, é, que colégio vai?” “Ah... esse aqui, porque desse eu gostei, pronto e acabou.” Entendeu? “Ah, vai fazer isso, porque eu to dizendo isso...” Entendeu? Por outro lado eu também não tenho essa discussão. Do “eu gostei” ou “eu não gostei”. Não, eu gostei e está acabado.” (Inês, 30 anos).

Muitos relatos demonstraram que as mães encontram força na maternidade para enfrentar a crise no casamento e o período pós-separação.

“O meu relacionamento com ela sempre foi muito bom. Porque mesmo na confusão, no conflito, é o cuidar dela, o conviver com ela que minimizava a situação que eu estava vivendo. Pra mim, sempre foi muito prazeroso ser mãe e cuidar dela. Era quase que um oásis pra mim. Era o que compensava, estar com ela. Tê-la pra mim foi importante, porque eu recuperava minhas forças através da convivência com ela. B. (criança) sempre foi uma criança muito fácil de lidar. Mesmo com todos os problemas, eu consegui cuidar dela. Era quase que revigorante pra mim cuidar dela. Era uma troca. Nós duas nos reabastecíamos uma com a outra.” (Bárbara, 44 anos).

“Porque você está com o bebezinho, ainda mais filho pequeno, você mãe, é leoa, né? (risos) Estar ali com o filhinho pequeno, fala: “Não, tem que dar certo...! Faz tudo pra dar certo...” Eu acho que se separar com filho pequeno, por um lado, te dá até força. Porque você está ali com seu filho e na hora você pensa: “Agora eu quero saber do meu filho! O resto ficou para trás.” Agora eu vou pensar é nele, eu vou cuidar é dele. E pronto. Eu acho que até te dá força pra superar muita coisa. Você ali com aquele bebezinho, filho pequeno, aquela coisa toda, você tem que arranjar forças...” (Gabriela, 42 anos).

“Tem uma frase que eu uso muito, eu falo que: “Eu nasci de novo com meu filho.” Eu olhava pra ele bebezinho e falava: “Como é que pode, eu tô carregando minha própria vida no colo.” Cansada, mas me dá uma força né? E você tem um porquê maior absoluto pra mais aquele dia. Então, quando chega em casa, estressada, cansada, eles ajudam a gente. Tá ali, pô, acabou o stress, brincando com ele. Pode estar morta, cansada, mas vem uma energia que você nem sabia que tinha. Então você ali brincando com ele, está feliz. Às vezes está triste, chateada, estressada, mas, os problemas acabam, ali você fica feliz. Eu

fiquei muito deprimida na gravidez. E depois que ele nasceu, aí eu tava bem, me deu um ânimo. Às vezes eu caía num momentinho, mas eu tinha força pra me segurar. Eu sentia que eu ficava bamba, mas eu olhava pra ele, me ocupava com ele, e vinha aquela força...” (Helena, 30 anos).

6.6. Estreitamento relação mãe-filho(a)

A relação da mãe com o filho(a), geralmente, torna-se mais estreita na família monoparental. Segundo os estudos de Wagner e Grzybowski (2003) ocorre uma acentuação no vínculo entre mãe e filho(s) e uma tendência ao afastamento entre o pai e o(s) filho(s). Essa relação mais estreita, inclusive, é considerada, pelas mães, fonte de satisfação e realização pessoal. As participantes de nossa investigação manifestaram a mesma propensão.

“A rotina de chegar em casa, ler, fazer um dever de casa, brincar, jantar, ler um livrinho antes de dormir, isso somos só nós dois.” (Ana, 37 anos).

“Então a minha relação com ela é muito estreita... porque eu fico sempre com ela, estou sempre todos os dias. Eu levo pra escola, tiro piolho e cuido do machucado. Até as coisas todas do colégio. Eu frequento as reuniões de escola, que ele (pai) não vai, entendeu? Eu estou sempre presente com ela, e ela sente a minha falta, mais do que a dele. Ela vai pra casa dele, fica com ele lá, mas fala: “Ah, quero voltar.” E volta. Tem dia que ele chega pra buscar, aí ela diz que não quer ir. Então, ela tem muito mais afinidade, acredito, comigo, do que com ele. Claro que ela gosta... porque é pai. E ele, assim, faz as coisas... mas é assim, na medida dele.” (Carla, 35 anos).

“Em casa é assim, eu não vou ao banheiro sozinha, eu não durmo sozinha, faço nada sozinha. Então a gente acorda de manhã juntinha, toma café, sabe? As duas vão tomando café. E depois ela vai, toma banho, a gente às vezes toma banho juntas, toma um banho...” (Inês, 30 anos).

O relacionamento íntimo e estreito entre mãe/filho(a) na família monoparental é citado por diversos autores na literatura. Em geral, a função materna, os momentos com os filhos são descritos como experiência de prazer e fonte de satisfação e realização pessoal para muitas mães. Muitas podem ser as hipóteses para dar conta desse dado. Este relacionamento pode se tornar mais

próximo porque a mãe tenta de alguma forma, compensar a ausência paterna, ou mesmo, porque ela busca na relação parental suprir algumas carências afetivas por ela vivenciada.

6.7. Família monoparental: sentimento de (in)completude

Nos diversos relatos das mulheres, encontra-se presente a questão da falta, da ausência, da “incompletude” das famílias monoparentais. Como se algo faltasse para que aquela entidade pudesse se denominar “família”. Para algumas mulheres, o conceito de família encontra-se basicamente atrelado à imagem de pai e mãe juntos.

“Eu sempre me vi sozinha com ela na realidade. Desde que ela nasceu. Então, não teve essa mudança, né? Então, talvez tenha sido, (entre aspas), mais fácil pra mim... Não teve esse processo de perder né? De habitar e depois não co-habitar... Sempre foi uma família monoparental...” (Bárbara, 44 anos).

“Então, se eu olhar pra trás, foi muito melhor eu criar os dois sozinhos. Com certeza. Agora, se você encontra a pessoa certa, se o casamento dá certo. É muito melhor pros filhos estar o casal. E, sem dúvida, pra mulher também. Ter um marido que participa, que ajuda financeiramente, nas decisões, ajuda cuidando também dos filhos, da casa, fica bem melhor... (risos). Não tenho dúvida.” (Gabriela, 42 anos).

Em contraste, quando essas mulheres relatam observações feitas pelos seus filhos e filhas, surge outra percepção, que não reduz a família monoparental à situação daquela que apresenta uma falta.

“Ele (filho, 6 anos) não tem memória anterior. Um dia ele perguntou pra mim assim: “Mãe, é verdade que papai morou aqui?” (risos). Ele não lembra.” (Ana, 37 anos).

“Ela encara isso normalmente. Ela tem duas casas. Ela se espanta quando alguém fala que mora com o pai e com a mãe, que pra ela essa realidade é diferente. Ela está acostumada. Não cria muito problema não...” (Carla, 35 anos).

“Eu acho que ela nem percebeu, porque, na realidade, ela nunca teve o pai morando dentro de casa, entendeu? Porque ela nunca teve isso, né? Então,

quando a pessoa nunca experimenta uma coisa ela não sabe nem julgar, se é ruim, se é bom. Pra ela, é uma situação normal...” (Esther, 34 anos).

Em geral, os filhos preservam os sistemas, separando a convivência com pai e com a mãe, e a privacidade do relacionamento com cada um dos pais.

“Não. Ela não conta. Tudo o que se passa na casa do pai, está na casa do pai, morre na casa do pai. Ela não conta. Eu acho que ela me preserva disso, sei lá? Ela não conta. Ela é muito fechada. Não fala não. Ou ela já viveu aquele momento lá, ou ela acha que não vale a pena eu saber. Eu pergunto e ela responde assim: “Ah, se divertiu? Foi no cinema?”, “Fui... e voltei”, mas não dá detalhes do que aconteceu. Ou então, “Eu não sei mãe, não lembro.” Entendeu? Não quer falar. “ (Carla, 35 anos).

“Olha, ela fala muito no pai, na avó, assim... “Ai, meu papai, minha vovó”. Agora ela ta brincando muito de mamãe e filhinha, papai e filhinha. Mas ela não me conta muito não. Eu acho que ela meio que já sacou essa divisão então ela não me conta muito. Eu até pergunto. Mas ela não me conta o que eles fazem. De vez em quando. “Ah, fomos a Petrópolis. É e eu andei de bode.” E pronto, acabou, morreu o assunto.” (Inês, 30 anos).

6.8. Idealização da família

Esta questão, de certa forma, encontra-se estreitamente relacionada com crenças e valores mais tradicionais. As entrevistadas relataram que antes da separação ou da crise conjugal, possuíam concepções acerca do casamento e da forma ideal de criar os filhos.

“Ah, eu acho gostoso a questão da família, de viver, de amor, de passear, de ter o acolhimento de um pai e de uma mãe juntos. De ter uma família pra conversar, pra brincar, pra viajar, pra curtir. Mas é que eu acho que na verdade o pai não tem o papel que eu gostaria do homem pra mim nesta família. Esse pai deles. Pode ser que eu ainda encontre um homem que faça esse papel. Enquanto eu não encontrar eu penso em mim. Entendeu? Em fazer da minha forma, a minha vida, e focar no meu trabalho.” (Dora, 37 anos).

“Eu acho que, de fato, a criança fica mais feliz, né? Não tem como dizer que não. Está meu pai e minha mãe! Mas por outro lado também você acostuma. Tem

mais uma pessoa pra paparicar, mais uma pessoa pra levar pra passear, e tem mais dois avós. Né? Que também podem dar carinho.” (Helena, 30 anos).

As participantes declararam que, sobretudo, na época na separação o ideal de família gerou preocupação com relação a criação dos filhos sozinhas ou mesmo culpa por não poder criar os filhos dentro de um modelo familiar intacto ou com a presença constante do pai.

“Eu não tive a intenção de ter uma produção independente, em momento nenhum. Eu achei que ia ser legal, que a gente ia formar uma família, e que ia ser fruto de um relacionamento legal. Só que não coube esse termo, então... Mas tem essa coisa da onipotência, da gente achar que a gente causou isso, que acabou ocasionando isso por sua conta, por sua culpa.” (Bárbara, 44 anos).

“No início, eu sofria até por essa questão de achar, “ah, meu filho vai ficar sem pai, não vai ter uma família tradicional, e tudo mais”, que é a minha cabeça, que é mais tradicional. Então você ainda tem aquele sonho de achar: “ah, coitado, ele vai ser a mais infeliz das crianças...como é que eu vou deixá-lo assim sozinho sem pai...” Tudo parece que vai ser impossível, né? Você fica com pena do seu filho porque ele vai perder tanta coisa porque está sem pai. Aquele sonho que você tem de ter a família: pai, mãe e filho, e achar que o filho vai sofrer muito por isso. Então, foi mais sofredor pra mim neste sentido, de pensar isso. Mas depois que as coisas vão acontecendo, você vê que não é bem assim. Então eu acho o seguinte: claro, seria o ideal o casal estar com o filho. Com certeza, pro filho também seria melhor. Ter o pai, ter a mãe. Agora, nem sempre isso é possível.” (Gabriela, 42 anos).

As entrevistas revelaram que, muitas vezes, na tentativa de preservar a imagem do casal parental unido em situações como eventos sociais da criança, mesmo após a consolidação da separação. Percebemos, nos relatos, um esforço em manter, preservar, de alguma forma, a estrutura do casal parental original, mesmo após a vinculação dos pais a novos parceiros e a construção de novos círculos familiares.

“O que acontece é assim, nas coisas do A. a gente vai com o pai dele. Todas as reuniões mais sérias do colégio eu vou com o pai dele. A. vai ter uma apresentação de judô nesse final de semana, o pai vai. As missas do colégio a

gente costuma ir, o pai vai. E nessas horas o R. (companheiro) sai da jogada, e acha que não tem que participar.” (Ana, 37 anos).

Os novos companheiros, inclusive são dificilmente incluídos ou considerados nas atividades sociais da criança. Somente quando estritamente necessário, porque a sensação, a princípio é de constrangimento.

“Com relação ao A. (criança). À participação nas situações importantes da vida dele, eles (os parceiros dos pais) até vão, no aniversário do A., por exemplo, todos vão, porque também o A. vai se sentir desprestigiado se não forem. Mas só, também. Porque não vão em nenhuma apresentaçõzinha da escola. O A. até convida. Eles não querem. Eu nem sei se deveriam. Na verdade, eu até respeito porque eu não sei se é uma impressão minha, mas, eles evitam criar uma situação de nós quatro. ... A convivência existe quando eu estou, e a minha família esta com a família dele, e ele está com a minha família. Mas os respectivos não participam tanto. Então, tirando o aniversário do A., eles evitam. Se sentem meio mal e tal...” (Ana, 37 anos).

6.9. Vida social e relacionamento afetivo: preservação da criança

Dentre todas as entrevistadas, a maioria, seis participantes, relatam ter vivenciado um “período de luto” ou demorado um certo tempo após a separação para reviver suas vidas sociais e afetivo-sexuais.

“Eu não sai fazendo milhões de programas, eu não fiz isso. Muito pelo contrário. Eu ficava mais em casa. Eu não tava nem um pouco afim. Eu me dei um período de luto, sabe?... Foi difícil sim, demorou. Eu me dei um tempo... E aí calhou. A primeira pessoa com quem eu saí de verdade foi o R. (namorado).” (Ana, 37 anos).

Sobretudo, quando os filhos estão pequenos e requerem mais cuidados denota-se uma exigência maior de tempo e energia das mães. Fundamentadas nesta justificativa, sete participantes da pesquisa declararam não sobrar muita disposição para investir na vida social e afetiva.

“Eu acho que no início com a criança bem pequena, ficava mais difícil ficar pensando em relacionamento; até porque você esta saindo de um, e com uma criança pequena, né? Então, inicialmente eu não pensava muito em me relacionar

com ninguém. Daí juntava as duas coisas. Fim de um relacionamento, e você com um filho pequeno.” (Gabriela, 42 anos).

“Olha, eu tenho e tinha vida social. Mas, ele bebezinho, eu amamentando, era quase zero, né? Não dava. Não dá tempo, tem que amamentar e tudo. Mas depois, ele foi ficando um pouquinho mais independente, mais equilibradinho...” (Helena, 30 anos).

Este achado corrobora com os trabalhos de Wagner e Grzybowski (2003) que afirmam que a vida social e afetiva da mulher separada irá se tornar mais ativa no momento em que a criança se torna maior, e conseqüentemente mais independente.

“No início é bem mais difícil, até porque eu me separei com ele muito pequenininho. Então era realmente mais difícil estar deixando um bebezinho muito pequenininho... Mas agora com seis anos, já é um pouco mais fácil, você deixar na casa da mãe, ou às vezes, até um amiguinho convida para ir passar a tarde...já tem mais flexibilidade. Você fica mais tranqüilo de deixar com alguém, uma criança que já está grandinha, que já vai no banheiro sozinha, que já fala, já se defende.” (Gabriela, 42 anos).

Além disso, oito entre as nove mães entrevistadas revelaram manter um relacionamento muito próximo aos seus filhos, ocorrendo a reconstituição da vida social e do círculo de amizades em torno do(s) filho(s). O fortalecimento do vínculo mãe-criança e o foco na maternidade, na família monoparental feminina, são citados por diversos autores na literatura (Grzybowski, 2002; Wagner & Grzybowski, 2003), inclusive como fonte de realização e satisfação pessoal. As nossas entrevistadas demonstram valorizar e priorizar os momentos prazerosos ao lado de seus filhos. Não só a qualidade do momento passado ao lado das crianças é privilegiada, como também a quantidade e freqüência do tempo que elas permanecem com a criança.

“Eu sou uma pessoa caseira, eu não saio todo o dia. Eu saio durante a semana quando eu tenho alguma coisa pra fazer, geralmente, um dia na semana, e saio nos finais de semana que eu to sozinha. Então, enquanto eu to com eles (filhos), eu to com eles. O final de semana deles eu me dedico a eles, aos programas deles. Talvez, às vezes, eu possa sair à noite, se tiver alguém pra ficar,

mas se não tiver também eu fico com eles. Eu não tenho essa necessidade de sair.” (Dora, 37 anos).

Em uma das entrevistas, inclusive, a mãe declarou não possuir uma vivência de lazer ou divertimento separada da criança.

“Eu nunca fui muito de fazer programa, de sair muito. Eu sempre tive um círculo pequeno de amigos. E, geralmente, esses amigos calham de ter filhos também. Da escola, mães da escola, eu faço amizade, eu me distraio, conversando. Então pra mim isso, fazer programa que criança gosta... É lógico que eu tenho que gostar. Mas sempre tive sorte de me afinar com, com os pais dos amiguinhos dela. Então isso pra mim é o social. Pra mim... nunca... sinto falta... É muito prazeroso pra mim sair com ela. Porque eu acho que a B. (criança) é madura pra idade dela. Então, eu curto sair pra almoçar com ela, ir ao cinema, encontrar com amigos. Tem muita mãe separada, na mesma situação que eu. Então, é como um grupo, a gente troca muito. Então eu nunca me senti isolada totalmente com a B.. Então, eu acho que eu tive sorte na parte social.” (Bárbara, 44 anos).

O resgate e a construção de uma vida social própria dependerá também da disponibilidade de tempo existente. Este tempo, por sua vez, está sujeito à presença de uma rede de apoio ao redor desta mulher. Pois, como mãe de filhos ainda pequenos, ela só poderá realizar atividades de trabalho, estudo, lazer e dispor de tempo livre quando alguém estiver tomando conta da criança. Este tempo livre pode ser utilizado para diversas atividades independentes do(a) filho(a). Algumas mães relatam a importância desses momentos para o seu próprio bem-estar e relacionamento com o(a) filho(a).

“Agora (após contratar uma empregada para ficar com a criança) pude voltar pra uma ginástica. Ter um tempo pra mim. Pra fazer um cabelo, ver uma vitrine. Porque eu vivia correndo. Agora, posso tomar um café. Faz toda a diferença. Porque tem uma coisa também, às vezes, quando eu fico muito aflita, eu começo a ficar nervosa e acabo descontando em cima dela... né?” (Bárbara, 44 anos).

“Se eu quiser tomar um banho demorado, ou ver um filme, eu fico à vontade, não necessariamente saio de casa. Eu fico em casa, curto a minha casa, arrumo minhas agendas, as gavetas, sabe, tenho o meu tempo.” (Carla, 35 anos).

As famílias separadas, nas quais os pais são presentes e participantes, alternam os finais de semana de visitas da criança. Geralmente, as mulheres reservam os finais de semana que o filho(a) está com o pai para exercer suas atividades pessoais.

“Nos finais de semana que ela fica com o pai, eu saio. Nos finais de semana que eu tô com ela, eu fico com ela. Minha mãe e meu pai não ficam com ela... quando eu tô em casa. Quando eu tô em casa. Eu não vou fazer a unha, sem ela. Eu levo pra tudo quanto é lugar, eu organizo minha vida de modo que, eu faço o que tenho que fazer quando não estou com ela.” (Carla, 35 anos).

Já, aquelas que não têm a disponibilidade do pai para ficar com a criança, recorrem às babás, empregadas domésticas, avós maternas ou outras fontes de relacionamento para conseguir o tempo individual livre.

“Meus pais sempre me apoiaram. Isso foi sempre muito tranquilo. Meu pai sempre falou pra mim: “Não, porque você ficando tranquila... Porque se você ficar em casa, presa, confinada, você vai ficar estressada. Então, eu prefiro que você saia, a gente vai te ajudar. Porque você fica tranquila, você vai cuidar melhor do seu filho.” (Helena, 30 anos).

“...porque quando eu combinei com a I. (empregada), eu falei “Quero até sábado de manhã”. Ela falou: “Porque?” “Porque segunda a sexta, você fica aqui com ele. Mas eu também tenho que ter uma noite pra dar uma saída, com os amigos, tomar um chopp.” Então falei: “Se eu não for sair, você pode ir embora na sexta-feira. Mas a minha preferência é até sábado de manhã.” (Inês, 30 anos).

Algumas vezes, no entanto, sobretudo logo após a separação, as mulheres sentem dificuldade em se organizar no sentido de buscar esse “tempo livre”, pois dizem não “saber” o que fazer e como se divertir sem a presença do(a) filho(a). Expressam, dessa maneira, um certo sentimento de culpa relativo a sentir-se bem, ter prazer e se divertir sozinhas.

“Porque eu acho que a mulher quando se separa, ela fica culpada. “E agora, eu estou sozinha, o que eu faço? A minha filha está com o pai, e eu?” Se

culpa por causa disso. “Ah, eu não posso me divertir porque eu não estou com a minha filha.” Eu já passei dessa fase. Claro que eu tive essa fase. Mas, agora, já passou.” (Carla, 35 anos).

Mesmo com a presença de inúmeros relatos demonstrando a expansão do horizonte de vida da maior parte das mulheres entrevistadas, sobretudo no setor profissional, percebemos claramente também o quanto os filhos desempenham papel central nas suas vivências. Mesmo quando o assunto tratado refere-se ao setor afetivo, os filhos encontram-se fortemente presentes. Uma das mães frizou que seu foco estava no trabalho e não no relacionamento afetivo. No entanto, posteriormente, no desenrolar do discurso, relacionou o setor profissional ao parental.

“Eu realmente vi que eu to viva, que eu continuo capaz de amar as pessoas. Encontrei algumas pessoas legais nesses dois anos que eu estou separada. Mas como eu te falei, não é o meu foco hoje procurar um relacionamento. Então eu não estou querendo me envolver com ninguém nesse momento. E isso é diferente. Essa postura, né? A não ser que chegue e seja muuuuito especial pra entrar na minha vida. Porque senão, não vai entrar agora. Entendeu? Eu posso sair, posso resolver minhas questões sexuais... mas namorar, ficar junto, e ter alguém do meu lado nesse momento... não é a minha procura. É sim, viver bem com os meninos, poder dar uma vida que eu quero pra eles, focar no meu trabalho pra, pra suprir tudo que eles precisam. Este está sendo o meu foco hoje. E encontrar amigos. Rir, sair, passear, viajar, é o que eu gosto.” (Dora, 37 anos).

Somente quatro entrevistadas mantinham relacionamentos estáveis no momento da entrevista. O restante das mulheres entrevistadas mantinham suas vidas afetivas adormecidas ou instáveis. Observamos que este quadro se assemelha aos dados colhidos nos estudos de Wagner e Grzybowski (2003), que encontraram nos relatos de mulheres separadas que suas vidas afetivo-sexuais não eram muito ricas. Duas de nossas entrevistadas não colocam a presença de um companheiro como importante ou mesmo como compatível com sua rotina ou com seu planejamento de vida. Em alguns casos, esta opção encontra-se atrelada à posição primordial que o setor profissional ou a dedicação ao filho(a) ocupam na vida da mulher, ou trata-se de uma postura de “acostumar-se” a estar só. Vida

afetiva ocupa o último lugar no *rank* de prioridades. Duas mães de meninas declaram também não querer um “homem” morando na casa junto com a filha.

“Porque eu acho que eu já me acostumei a ficar sozinha também. Então, eu acho que eu não me acostumo mais com alguém na minha casa. Eu gostaria assim, de ter um namorado, cada um na sua ... E na minha casa especificamente, eu acho que eu não tenho mais... Agora ela (criança) já está com 7 pra oito. Eu acho mais complicado ainda, um homem que não é o pai dela, na minha casa. Eu não gostaria. Isso tem um lado meu também que fica meio prejudicado. Porque não dá, muita coisa pra eu ver, né? É estudo, trabalho, é casa, é filho. Porque esse lado fica muito adormecido. E faz falta sim.” (Bárbara, 44 anos).

“Olha, pra ser sincera eu já até desacostumei. Eu nem sei se eu quero, de novo, ter uma pessoa na minha casa.” (Carla, 35 anos).

Três mães, por outro lado, investiam na vida afetivo-sexual. No entanto, não eram bem sucedidas. Em geral, todas entrevistadas, quando questionadas a respeito do tema, alegavam que com relação à seleção de um novo companheiro, elas se tornaram particularmente exigentes e seletivas após a separação.

“De namoro assim não. Teve umas paqueras, transei com alguns caras, tive alguns namoricos, mas nenhum que conhecesse a minha filha, que eu nunca coloquei ninguém dentro de casa. Pra morar muito menos, entendeu, porque aí a gente fica muito exigente. Né? Eu não quero sustentar homem, nem dividir nada. Eu quero um homem pronto. Mas eu reconheço que eu sou muito exigente... Então os mais novos eu não quero. O mais velho, ou tá casado, ou tá se separando... também não quer compromisso. Então, tá difícil... arrumar...Muitos se oferecem... mas...” (Carla, 35 anos).

“Namorado, né? (risos) É, eu me relaciono, conheço pessoas, mas nada, progride. Tanto que eu criei aquela comunidade, né? (risos) Nada. Que quando você acha que tá...hum vou namorar. O cara de repente desaparece, ou então já não te liga com tanta frequência, né? Aí acaba ficando um pouco, né?” (Flora, 33 anos).

“A vida afetiva não existe! (risos) Não, eu até tentei, assim, a vida afetiva eu até tentei ter uns relacionamentos e tal, mas é muito complicado ainda. Não por causa dela. É por que realmente é muito difícil você arrumar alguém que

encare... Eu sei que no momento eu sou uma verdadeira furada. Uma mulher que tem uma filha, que mora com a mãe. Um cara liga pra mim e fala: “Vamos tomar um chopp agora?” “Não, eu não posso tomar um chopp agora, tá entendendo? Eu não sou uma namorada disponível... Fora que depois que você tem uma criança, sozinha e tudo o mais... você fica mais seletiva mesmo... Não é qualquer bagulho que pode chegar perto, né? Então, tem todo esse conjunto. A vida social existe, eu vou nos shows que eu gosto, encontro os meus amigos, agora realmente a parte afetiva... (risos).” (Inês, 30 anos).

Tanto a escolha do parceiro como a convivência com este encontram-se submetidas aos privilégios que as mães conferem aos seus filhos e às rotinas da família monoparental. De modo geral, a tendência era a de preservar, poupar, proteger a criança das possíveis más influências e, antes de tudo, da experiência de relacionamentos instáveis. Portanto, a grande maioria das mães demonstraram-se extremamente cautelosas no momento de decidir apresentar ou não seu filho(a) a um possível pretendente. Este contato inicial com um namorado aparece sempre sendo realizado com muito critério e, paulatinamente, para evitar que a criança sofra qualquer transtorno ou trauma. A escolha do parceiro, portanto, implica nesta pré-condição: alguém que se adapte bem às exigências e aos hábitos daquela família, que tem a criança como elemento central.

“Ele (companheiro) faz parte, de alguma maneira, dessa rotina minha com o A. hoje em dia. No início não fazia nem um pouco, eu segurei o máximo que eu pude. Achei que não era legal pro A., que podia ser uma pessoa que não fosse durar, e tal. Mas depois ficou bem estável. Hoje é praticamente um casamento. Hoje em dia, ele entrou nessa rotina...” (Ana, 37 anos).

“Eu procuro não incluí-la nessas situações. As coisas que não são tão fixas eu procuro não trazer aqui pra dentro de casa. Essa pessoa que eu to namorando há três meses ela ta tendo já algum contato porque é uma coisa que já ta mais consistente, mais concreta. Mas eu procuro não ficar trazendo aqui pra dentro de casa, pra não fazer uma confusão na cabeça da criança.” (Esther, 34 anos).

Nas famílias de origem mais tradicional, além da preservação da criança, os relatos demonstram uma grande preocupação em preservar a imagem do casal parental original. Essas mulheres declaram ter como objetivo primordial, na seleção de um parceiro, suprir suas necessidades de ordem afetivo-sexuais. Diante

do caráter emancipatório e independente de grande parte das atitudes por elas assumidas, raramente observamos o relato da vontade de resgatar num companheiro a figura de um “provedor” ou de um “substituto de pai” para seus filhos. Mas, sim, a busca por um novo companheiro que pudesse satisfazer e realizar suas carências no setor amoroso e pessoal.

“Por mais que o R. (companheiro) seja uma figura masculina importante pro A., que é inevitável. Na minha escolha por alguém, eu levei isso em conta. Eu não ia querer alguém que não fosse uma boa referência pro A.. O R. faz questão de não exercer nenhuma dessas funções de pai. Ele tenta não invadir muito. Ele fica bem na dele. Que é a impressão que eu tenho que a madrasta do A. também faz. Ela também não invade não. Ela é bem na dela.” (Ana, 37 anos).

“Tanto que ela nunca viu nenhum namorado. Porque a gente não tem nem a firmeza do relacionamento, eu já vou colocar a criança no meio? Aí a criança cria uma expectativa... Ou então uma negação, ela não quer que substituam o pai dela. E na realidade, eu não sei nem, se eu também quero. Então, eu prefiro não envolvê-la nessas coisas...” (Carla, 35 anos).

Com uma relação mãe/filho(a) tão próxima e intensa, a possibilidade de conflitos com relação a ciúmes e sentimento de posse são mais frequentes. Então, não são raros os relatos nos quais as mães observam este tipo de reação um tanto exacerbada nas crianças.

“Ele sempre faz muita questão de ser incluído na nossa relação. Então ele se sente muito mal quando eu e o R. vamos fazer alguma coisa que ele não faz. E a gente por isso mesmo evita. Então a gente sai sozinhos quando ele não está e quando ele está a gente sai com ele. Então ele se sente parte. Ele faz questão de se sentir parte.” (Ana, 37 anos).

“Eles aceitam bem. A única questão é que o mais velho fica muito apreensivo com relação a uma terceira pessoa na vida de qualquer um. Ele tá sempre querendo saber com quem eu vou, onde eu vou, se eu vou namorar, se eu vou ter um namorado, que ele não quer que eu tenha namorado. E, enfim... Como eu não tenho ainda ninguém assumido e nem o pai, é... eu acho que pra eles tá mais fácil. A hora que isso acontecer eu sei que vai ficar um pouco mais complicado pra eles.” (Dora, 37 anos).

No entanto, três mães revelam a importância que o companheiro pode ter como figura masculina de referência para seus filhos. Não propriamente como um substituto do pai, sobretudo quando o pai se faz presente, mas como uma figura de referência masculina com a qual a criança convive.

“... Ela tentou chamar ele de pai. Mas ele não é daqui. Ele é do nordeste, ele passou um tempo lá em casa, e ela começou a querer transferir a figura. E deu até alguns presentes do Dia dos Pais pra ele. E ele gostava muito dela, ele curtia muito. E até dava umas intervenções. Era, assim, uma figura masculina.” (Bárbara, 44 anos).

“O H. (criança) adorou eu ter namorado. Ele adora. Na idade dele ele começa a ver todos os amiguinhos com pai e mãe, sempre saindo. E a mãe dele sozinha... Tanto que ele às vezes perguntava: “Ah, você não tem namorado? Porque você não tem?” Então quando eu comecei a namorar o A., ele adorou. O H. adorou. Nunca teve ciúmes dele. E gosta muito dele, vai lá pra casa, gosta muito de criança. Então ele tem assim, essa relação com homem... apesar de não ser o pai. Sabe que não é o pai, ele não chama ninguém de pai. De pai, só o pai dele mesmo. E ele curte, ele gosta. Principalmente quando eu tô, com o meu namorado, ele adora, dá a mão pra ele, sai de mão dada com ele, ao invés de dar a mão pra mim. É aquela coisa, eu quero ir no banheiro de homem com ele... (risos). Aproveita, né?” (Gabriela, 42 anos).

“Porque não deixa de ser uma referência masculina. Eu dou liberdade até, uma certa liberdade. Assim, eu falo: “Só não bate no meu filho. Porque isso eu não admito. Porque eu nunca bati, meus pais nunca bateram.” E eu tento passar o menos de responsabilidade pra ele (namorado) possível.” (Helena, 30 anos).

Mas, de forma geral, a figura do pai biológico é preservada diante do padrasto, namorado ou companheiro da mãe. Esta preservação é feita pela própria mãe pela criança.

“Teve uma vez na praia que ele (namorado da mãe) fez alguma interferência, e ela virou pra ele e falou assim: “Você não é meu pai.” Ela respondeu pra ele assim... (risos) E eu fiquei passada. E chamei a atenção dela e tudo. Eu até achei interessante. Ela agiu quase que com uma revolta, sabe?”

Porque o pai dela não tava ali. Em momento nenhum tava ali, pra fazer o que ele fazia... Fazer coisas de pai....” (Bárbara, 44 anos).

“Ele era menorzinho, ele não entendia tanto. Mas foi muito ruim quando eu me separei (do namorado). Porque ele tava aprendendo a falar. Aí eu ainda tinha que explicar pra ele, porque ele começou a chamá-lo de pai. Eu tive que explicar que ele não era pai. Ele não podia ver um carro da mesma cor, porque ficava “Olha o carro do papai!”. Aí eu tinha que falar: “Não, não é papai, é seu amigo e tudo, mas não é papai.” Aí mostrava foto...” (Helena, 30 anos).

6.10. Rede de apoio

A situação de separação ou divórcio produz modificações no padrão do ciclo de vida familiar provocando uma série de transformações na família (Duvall, 1988). Como a família é um sistema, todos os seus membros são afetados (Féres-Carneiro, 1998; Kier, C.; Lewis, C. & Hay, D., 2000; Peck & Manocherian, 2001). Após a ruptura do relacionamento conjugal, a relação dessas mulheres entrevistadas com seus ex-companheiros nem sempre se tornou tranqüila, ou mesmo possível. Sete participantes disseram que o contato com o ex-cônjuge é praticamente inexistente.

“Eu não tenho contato nenhum com ele. Até pra preservar ela, me preservar. Então eu preferi não ter esse contato. Ou então por email quanto tem algum assunto que tem que ser falado direto, né?” (Esther, 34 anos).

“O nosso relacionamento. Quando tava tudo direitinho, pegando num final de semana sim, outro não, tava tudo tranqüilo, nosso convívio era bem amigável, né? Mas de uns tempos pra cá, nosso convívio está muito ruim. Ele pega no portão, pra fora. Antigamente até entrava na minha casa quando o G.(criança) tava mais enjoadinho. “Mas agora... não pisa não, sabe?” (Helena, 30 anos).

“Ah, o nosso relacionamento é o seguinte: a gente não se fala, a gente não se vê. A gente não existe. Entendeu? Quando é assim, é perfeito... A gente não briga... A gente não toma conhecimento da existência do outro. E quando se fala, a gente briga, então, é complicado. Em relação a O. (criança) eu não consigo nem começar a falar. Porque antes de eu falar, o homem já tá berrando comigo, entendeu?” (Inês, 30 anos).

O relacionamento das mães com os pais, após a separação, se torna muito difícil, sobretudo, porque os pais não correspondem à imagem paterna idealizada pelas mães. A dificuldade de comunicação se mostra como o conflito mais freqüentemente citado.

“É assim igual motorista de ônibus, a gente só fala o indispensável. Não tem aquela relação de pais que querem zelar pela criação do filho. Então, porque ele não é um paizão né? Entende? Então, não adianta. Eu já tentei algumas vezes, e me machuquei. Então, agora, eu não tento mais.” (Carla, 35 anos).

As tensões, as antipatias e as resistências de ambas as partes tendem a se acentuar, principalmente, quando os aspectos e negociações legais relacionados ao divórcio estão em tramites.

“Eu acho que com a separação o relacionamento piorou. Porque aí entram as questões também de quanto vai dar, quanto não vai dar, quem vai ficar na casa, quem vai sair, então, puramente por essas questões piorou bastante né? Ficou até impraticável. Então a gente tá deixando o judiciário resolver, quem vai ficar com o que. Eu acho que depois que as coisas estiverem bem definidas, de repente pode até voltar a melhorar, né?” (Esther, 34 anos).

Diversos autores (Jennings, Stagg & Connors, 1991; Dessen & Braz, 2000; Peck & Manocherian, 2001) ressaltam a importância da rede social de apoio alicerçando a família monoparental, sobretudo, nos momentos que seguem a separação. De modo geral, a maior parte das mães entrevistadas (oito mães) corroborando com a literatura, contam com o apoio primordial da suas próprias famílias, sobretudo mães (avós maternas), ou de auxiliares domésticas na criação e cuidados com seu(s) filho(s). As empregadas domésticas são figuras importantes que surgem continuamente em diversas entrevistas.

“Tem a pessoa que toma conta da criança e a minha mãe também fica bastante tempo aqui comigo. Ela tem o apartamento dela, mas ela deixa fechado, e praticamente mora aqui comigo. Desde quando ela nasceu. Ela (avó materna) participa, dos cuidados, da criança.” (Esther, 34 anos).

“A I. (empregada) sempre olhando mais ele (criança) do que eu no dia a dia né? Ela olha os deveres dele também, quando ele chega em casa, e eu olho em

cima dela, acabo olhando depois. E... assim... eu tenho total confiança nela, ela é uma pessoa super boa. Ela educa o P. também, eu falo.” (Flora, 33 anos).

“Eu tenho uma empregada de segunda à sexta, e sábado e domingo, quase sempre. Até pela minha profissão também. Às vezes eu tenho que sair à noite. E não poderia deixar ele sozinho. Então começa por aí, você tem que ter uma estrutura. Apesar de que minha mãe também me ajuda bastante, quando acontece alguma coisa e a empregada não pode ir, tá doente e não apareceu na segunda-feira, ela mora até próximo de mim, ela me ajuda “ (Gabriela, 42 anos).

O auxílio da família materna não se resume aos cuidados com os netos, mas também ao apoio social, psicológico e emocional à mulher após o divórcio e/ou separação. Inclusive, muitas vezes, os avós maternos estão presentes apoiando a mãe antes mesmo de ocorrer a separação.

“Eles (avós maternos) já eram muito próximos a mim antes, mas ficaram mais próximos ainda. E num primeiro momento, o A. (criança) se aproximou muito do meu pai. Até porque ele é homem. Então, quando estávamos só nós, os meus pais passaram a participar mais da minha vida, do que participavam antes. E o A. ficou muito ligado ao meu pai.” (Ana, 37 anos).

“Acho que se não fosse minha mãe e meu pai, ia ser impossível. Não sei como, eu vejo outras mulheres que criam sozinhas, realmente, eu não sei como conseguem. Porque não dá pra você fazer, quase impossível, tudo ao mesmo tempo. Eu moro no Leblon, e ela (avó materna) em Ipanema, dá pra ir a pé.” (Bárbara, 44 anos).

Sete mães relataram que residiam muito próximas aos seus pais. Dentre essas sete, três já haviam residido com os pais, quando os filhos ainda eram menores, e uma ainda reside na casa de sua avó materna (bisavó de seus filhos). Outra entrevistada mora com a mãe.

“Porque a gente sempre morou perto. Eu moro na rua do lado da minha mãe. Ele (avô materno), sempre teve presente. Ele e a minha mãe. Ela (criança) sempre ficou muito com eles. Não alterou muito, essa rotina não.” (Carla, 35 anos).

“Olha, eu acho que a ajuda da minha família, minha mãe, principalmente, e também meus irmãos, sempre me ajudaram, apoiaram, aquele apoio da família,

um apoio muito grande, até nesse sentido de ficar com filho pequeno, de cuidar e tudo mais. Isso é uma das ajudas principais. Pra eu não me sentir sozinha, abandonada. Ter quem te ajude, isso é super importante.” (Gabriela, 42 anos).

“Aí, eu voltei a morar com meus pais, o G. (criança) nasceu e eu fiquei com meus pais durante bastante tempo, até G. ter uns três anos. Então eles participaram muito. Até hoje, também, a gente mora perto. A minha mãe e meu pai me ajudam muito. Ficam com ele, pegam na escola. Às vezes, eu tenho que sair muito cedo, eles vão na minha casa, pegam ele. Ah, meus pais também ajudam na parte financeira. Passei uma fase péssima sem trabalhar, porque estava estudando pra concurso. Meus pais me ajudam assim, na parte da logística do negócio, digamos assim, e na parte financeira também. Ah, meus pais são muito dez, assim, eles me apóiam muito.” (Helena, 30 anos).

A importância da família materna, sobretudo da avó materna, como rede de apoio revelou-se nos relatos de todas as participantes. Este aspecto fica, inclusive, muito bem ilustrado quando a única entrevistada que não possuía a mãe viva declara:

“E eu acho que um complicador aí é o fato de eu não ter mãe. Porque quando a gente tem uma mãe, eu acho que tudo fica um pouco mais fácil. “Mãe, vem aqui pra casa, porque o P. (criança) não quer ir à praia.” Aí, ela viria. Ah, meu sonho de consumo, uma mãe. Ou então, “Mãe, vou praí deixar o P. aí.” Não tenho isso...Então isso é um complicado...” (Flora, 33 anos).

Além da família, os amigos também compõem uma rede de apoio. As mães muitas vezes resgatam as amigas que existiam antes do casamento, e que por motivos de falta de afinidade com o marido, se afastaram, ou construíram novos círculos de amizade. Dificilmente os amigos com os quais o casal costumava lidar são mantidos por muito tempo (Peck & Manocherian, 2001). Além disso, o novo grupo de amigos, quando é o caso de se formar, geralmente será formado por outras mulheres descasadas ou solteiras com filhos. Algumas relatam a dificuldade em manter amizade com casais, ou mulheres casadas. Elas explicam que existe um distanciamento dessas mulheres por questão de incompatibilidade de interesse, ou mesmo de uma possível ameaça que a mulher descasada possa oferecer para a estabilidade dos casais.

“Mudou meu círculo de amizades. Mudou na escola. Porque aí eu passei a me relacionar mais com mulheres que também tinham se separado. Porque a gente ficar se relacionando muito com um casal complica. A mulher, às vezes não gosta muito, porque é uma influência, sei lá, pro marido dela ... ela achar que tem alguém disponível, que o marido pode se interessar. Não sei. Isso passa na minha cabeça. E, também, a vivência que ela tem ali do casamento, é diferente da minha. Eu não posso trocar experiência com ela, porque ela vive outra coisa. A gente tem uma relação cordial, mas afinidade mesmo eu tenho com as que passam a mesma coisa que eu. Então eu tenho quatro amigas, muito ligadas que somos todas viúvas... de maridos vivos e de maridos mortos. Duas viúvas mesmo, e duas separadas. Então a gente fala, viúva de marido vivo e viúva de marido morto. Porque, assim, a gente tem as experiências pra trocar. Eu convivo com amigas que são casadas, mas a gente não pode entrar naquele meio e dizer “Ah, eu to paquerando alguém ali ou não sei o que...”, porque, porque ela não entende. Ela tá envolvida no casamento, ela não entende. Não aceita, são idéias muito diferentes.” (Carla, 35 anos).

“Eu reencontrei várias amigos que eu não via há muitos anos, estou reencontrando amigas separadas, com filhos, buscando amigos... enfim... As amigas que estão casadas não dá pra ficar sempre, né? Eu acabei conhecendo pessoas novas, também.” (Dora, 37 anos).

Algumas mães, sobretudo de meninos, relatam o objetivo de buscar a socialização e o convívio do filho com figuras masculinas, seja com o avô, com um tio, com o companheiro ou com amigo.

Porque eu sentia falta pro A. (criança) de alguns homens. Por ele ser homem... Na medida em que ele foi crescendo ele foi ficando mais evidente. Mas desde pequenininho eu já sentia. Tem algumas brincadeiras que ele gosta de fazer com homem... até aquela coisa de vai ao banheiro, com quem... entendeu? Eu sinto que o A. quando tem um homem na história, fica tudo mais divertido.”. (Ana, 37 anos).

As crianças, portanto, convivem com menor frequência com a família paterna, seja com os avós (avó e avô), primos, tios ou tias.

“Tem (contato) com a avó paterna muito pouco porque ela também nunca participou, nunca, se disponibilizou pra nada, nunca ajudou em nada, então... é um contato bem superficial, esporádico.” (Esther, 34 anos).

“O H. (criança) tem somente contato com a família materna. Com a paterna, não. De primeiro grau tem somente uma prima. Eu tenho uma irmã e um irmão. E a minha irmã é que tem uma filha de oito anos, dois anos mais velha que o H. Eles se dão super bem....” (Gabriela, 42 anos).

“Ah, a convivência é totalmente maior com minha família. Tanto que ele chama meu pai de pai.” (Helena, 30 anos).

Muito raramente, o relacionamento entre a mãe e a família paterna persiste. O convívio com a família paterna é cultivado pelo pai. As mães não se sentem responsáveis, e atribuem a cada um o papel de socializar a criança com seus respectivos familiares. Se a criança não tem contato com o pai, ou seja, o pai é ausente, dificilmente ela terá algum contato com a família paterna.

“É ótima (relação com família paterna). O A. (criança) tem uma ligação intensa com eles. Encontra sempre, vai na casa... Geralmente com o pai. Eu faço algumas aproximações também. Mas são poucas, assim. Eu continuo me dando muito bem. Encontrando com eles às vezes. Mas afastou. Naturalmente, afastou.” (Ana, 37 anos).

“Convive (família materna) . Tem(primos). E convive com a família dele. Tem, avós e tios paternos. ... Não. Não convivo não (família paterna). Ele é que... eu acho que ele é que tem que fazer essa ponte, né? Porque eu acho que cada um toma conta do que é seu. Então, ele toma conta... mas ela tem contato com os avós e tudo... E aí quando separa... não tem como conviver... estritamente... Porque, imagina, vou lá, meus dois sogros dentro da minha casa, aí vendo o que eu comprei, o que eu não comprei... o modo como eu crio a garota. Eu não quero.” (Carla, 35 anos).

“Não, tenho nenhum contato com a família dele.” (Esther, 34 anos).

“Também muito pouco (contato). Porque quase não ligam (avós paternos), e não moram aqui no Rio, moram em Campos. Aí também o pai nunca me pediu pra levar. E eu deixaria. Os avós, quando vem também... não sei qual a

frequência que vem... Mas também não podem pra ver não ... Ligam uma vez por ano...” (Helena, 30 anos).

“Ela é louca pela avó (paterna). Porque ela só vai também, porque ela fica na casa da mãe dele. E só vai quando a mãe dele tá aí. Tipo, se ela for viajar, ela me liga pra cancelar ou pra trocar fim de semana. Entendeu? Ou seja, quem cuida mesmo dela, é a avó. Então dela ser louca pela avó, eu já falo: “Bom, essa mulher não trata ela mal!” Já que ela adora tanto, se tratasse mal ela não ficava a semana inteira, “vovó pra cá, vovó pra lá”, querendo ligar e tal, né? Então é um descanso também.” (Inês, 30 anos).

Mais raramente se dá a manutenção do relacionamento do pai com a família materna, e das duas famílias entre si. Somente uma mãe relatou o bom convívio entre as duas famílias, mais especificamente a amizade entre as duas avós, materna e paterna que existia antes da separação e se manteve.

“Se dão bem (avós materna e paterna). Deu uma estremecida, assim. Elas eram amicíssimas. Deu assim um clima meio esquisito, mas depois voltou ao normal. Eram muito amigas e continuaram. Não teve problema não.” (Ana, 37 anos).

“É. Com os meninos. Fala, quando vai lá, pega, não tem briga. Mas, não tem contato com ninguém.” (relacionamento do pai com família materna) (Dora, 37 anos).

“Não. Só o social, quando eu tenho que ir alguma coisa dos meninos. A gente se trata bem, trata bem todo mundo.” (relacionamento da mãe com família paterna) (Dora, 37 anos).

“Tem. Por exemplo, o aniversário do R., mês passado, foi na escola. Foi a avó, mãe do pai dele, foi a minha mãe. Todo mundo. Todo mundo se fala, né... Um convívio social, pelos meninos.” (relacionamento das famílias maternas e paternas entre si) (Dora, 37 anos).

Algumas vezes as avós exercem a função de facilitadoras, possibilitando a comunicação entre os pais. Uma das mães, que não mantém nenhum contato com o pai de sua filha, relata que a sua mãe (avó materna) possui o papel de intermediar a comunicação entre os pais da criança. A outra mãe, mantém

contato com a avó paterna, já que não encontra espaço para dialogar com o pai de sua filha.

“A minha mãe às vezes que faz essa intermediação, né? Porque o contato ficou muito difícil, nessa relação. (risos) Então, é, a gente, eu preferi não manter esse contato... E ele, tem que engolir, né, porque inclusive eu pedi uma liminar na justiça pra impedir que ele saia sozinho com a criança. ... Então ele só pode sair com a babá ou com a minha mãe nos dias da folga da babá. Então ele não tem outra alternativa a não ser de ter um bom relacionamento com ela, né? (risos). ... Ela (avó materna) suporta. Não quer dizer que ela gosta, que fica feliz não, né?. (risos) Mas tudo em prol da criança, né, do bem estar da criança, né?” (Esther, 34 anos).

“Eu converso com ela (avó paterna). Até porque ela é muito mais fácil de conversar. Então, quando tem uma questão, quando tem alguma coisa, eu vou, bato um papo com ela, explico o que é que ta acontecendo.” (Inês, 30 anos).

No entanto, este como os demais relacionamentos de amizade que se mantêm parecem sofrer alguns abalos, não permanecendo jamais os mesmo que outrora. Além disso, o bom relacionamento familiar parece girar sempre em torno do interesse de todos em prezar pelo bem-estar e pela satisfação da criança envolvida.

“Agora, nas situações externas com o A. (criança), a gente vai junto a tudo. Inclusive os avós paternos vão, os meus pais vão, eles se dão bem. Convivem muito bem. Então em todas as festinhas, todos os eventos da escola, todas as reuniões de pais, ...” (Ana, 37 anos).

O relacionamento das mulheres com as famílias extensas originais também se torna complicado diante da figura dos novos companheiros e das novas famílias que se formam, das famílias recompostas.

“... pro R. (namorado) é esquisito, eles (ex-sogros) ficam toda hora convivendo comigo, na minha casa. Então, também evito quando ele está. Às vezes, eu quero chamar a avó... Aí, eu escolho quando o R. está viajando. Porque eu sei que pro R. é meio desagradável estar lá almoçando com a mãe do outro, sabe?” (Ana, 37 anos).

6.11. Vida profissional e financeira

A área profissional e financeira geralmente é fonte de estresse, e preocupação para a mulher separada ou divorciada. A manutenção do padrão de vida torna-se muito difícil com a saída do companheiro de casa. Na maioria dos casos, a responsabilidade primordial de sustentar a criança e a casa cabe à mãe. Em geral, as mulheres tendem a ter mais gastos, a ter que trabalhar mais e, portanto, a ter menos tempo e disponibilidade para estar com os filhos (Jablonski, 1998; Wagner & Grzybowski, 2003). O trabalho, mais do que uma fonte de prazer e realização pessoal, é visto na maioria das vezes como uma necessidade, uma atividade realizada com o intuito de permitir sustento e retorno material.

“Mas, do ponto de vista econômico pesa muito também, né? Porque o pai, pelo que eu tenho ouvido falar aí, ele acha que estar dando o dinheiro pra mulher. Entendeu? E o dinheiro é pra sustentar a criança. Quando eu me separei, o dinheiro diminuiu. Sempre trabalhei, porque a gente precisa se sustentar, né? Pensão nunca cobre tudo o que você gasta com a criança, e todas as despesas. Então, eu peguei um cargo de chefia. Quer dizer, eu trabalhava seis horas, e estou trabalhando nove, né? Eu tenho menos tempo para estar com ela. Em função dos gastos que eu tenho que ter.” (Carla, 35 anos).

“É por isso que eu me dedico a ela e ao trabalho. Porque, quanto à questão econômica, é você tendo que dar conta de tudo. Não tem a ajuda econômica do pai, né? A minha mãe não ajuda...” (Bárbara, 44 anos).

Também, em torno desse tema, surgem muitos conflitos, desentendimentos, desconfianças e desgastes na relação parental pós-separação. As questões judiciais referentes à pensão são citadas como mais uma das principais fontes de conflito, assim como as confusões nas questões de relacionamento com o ex-cônjuge e questões parentais. O que ocorre mais frequentemente é aquele pai que não contribui adequadamente do ponto de vista financeiro ter um vínculo mais frágil e contato esporádico com o(a) filho(a), ou mesmo se tornar ausente. Na maioria dos casos, o apoio financeiro fornecido pelos pais é muito instável ou insuficiente.

“Até um dos motivos dele ter se afastado, é isso, é por essa questão também, né? Ele não quis pagar pensão, aí aquela coisa toda de justiça, ele resolveu não pagar e nem ver o filho...” (Gabriela, 42 anos).

“A pensão dele é uma coisa ridícula. É uma coisa simbólico. Entendeu? Agora... Mas eu faço questão porque é um direito dela, entendeu?” (Inês, 30 anos).

“Ele que entrou com o oferecimento de alimentos, queria oferecer uma miséria. Aí eu falei: “Não. Vai oferecer direito.” Aí ficou essa briga... Aí começou um stress, mas só que aí depois as coisas melhoraram. Ele tentou uma reaproximação também. Até tentei um pouco... Aí foi quando ele começou a pagar o colégio. Mas aí eu sinto que ele começou a pagar o colégio mais pra se aproximar de mim do que pelo filho propriamente dito. Aí hoje em dia, ele deposita quanto quer. Aí então eu executei ele, estou esperando a justiça. Procuro não passar pro G. Deixei na mão da advogada, a advogada resolve, né?” (Helena, 30 anos).

Os achados de nossas entrevistas corroboram a literatura (Wagner & Grzybowski, 2003). Somente uma mãe entrevistada relatou não encontrar nenhuma dificuldade ou modificação na sua estabilidade financeira após a separação, e contar plenamente com o apoio financeiro paterno.

“Problema financeiro eu não tive nenhum... Zero, de problema financeiro. Foi super tranqüilo. Foi um acordo... E antes também, a gente sempre se entendeu. A gente sempre se entendeu com relação a tudo, assim.” (Ana, 37 anos).

Outras mulheres ainda relatam a importância da profissão em suas vidas como fonte de auto-estima e de independência, assim como foco principal de seu projeto de vida.

“A coisa que eu acho que também é muito importante com certeza foi minha profissão. E ter uma profissão pra poder seguir a vida, né? E graças a Deus! Porque senão eu ia acabar ficando dependendo dos meus pais, pra me ajudar com filho. Até trabalhando, mas às vezes, ainda ia tendo que contar com a família e dependendo de outras pessoas. Então isso também, eu acho que, que te põe pra cima, né, você poder se virar sozinha.” (Gabriela, 42 anos).

“A questão econômica é difícil. Porque ele (ex-marido e pai) é uma pessoa que não tem formação superior. Ele vem fazendo trabalhos autônomos, mas não tem condição de assumir uma pensão. Então, quando ele tem, ele me dá, quando ele não tem, ele não dá. Na verdade, eu conto comigo. E to vivendo a minha vida,

pro meu trabalho... Meu foco é muito meu trabalho, até pra poder suprir financeiramente os meninos, então, meu foco é mais o trabalho do que o social.” (Dora, 37 anos).

Somente uma mãe entrevistada não trabalhava. Essa mãe estava ainda estudando, no curso de graduação, mas encarava essa atividade seriamente considerando-a profissional. A maternidade representou, para ela, o impulso de amadurecimento e tomada de decisão pessoal nessa direção.

“Ela entrou com um ano e três meses na escola. Porque eu queria, porque eu já tava fazendo faculdade. Eu voltei pra faculdade, ela tinha quatro meses. A minha mãe e a minha tia que seguram a onda. Isso foi um trato que a gente fez. Se eu fosse trabalhar, eu ia sair de casa muito cedo, voltar tarde, ganhar uma miséria. E ia gastar tudo isso pagando babá pra fazer o meu serviço. Então, “Não. Vai fazer a faculdade, vai terminar a sua faculdade, que a gente segura a onda pra você.” Então, é um trato. Eu digo que a faculdade é meu emprego. Porque quando é bem feita, requer muito tempo. Se bem que eu não ganho nada... (risos).” (Inês, 30 anos).

6.12. Medos das mães

As participantes confessaram alguns receios e aflições pela sobrecarga e responsabilidade de criar seu(s) filho(s) sozinhas. Esses medos eram muito variados: desde o sentimento de responsabilidade solitária, até o medo das conseqüências emocionais das crianças estarem crescendo sem a presença do pai. A sensação de responsabilidade solitária está relacionada à responsabilidade materna sobre o presente e o futuro da criança.

“Tenho muitos receios. Tenho muitos receios de criar filho sozinha, de não estar com o pai perto, de não ter uma base familiar. De como isso pode também vir a atingir emocionalmente os meninos.” (Dora, 37 anos).

“Aí me separei. Com a cara e a coragem, né, com medo de tá... parece que o homem é um porto seguro, né? Pra gente retornar... Por mais que eu sabia que eu tinha condições de sustentar tudo, parece que aquilo dali é uma árvore onde você tá ancorada, meio que encostada ali. E que se o homem sair, a árvore cai e

“você cai junto. Mas não, graças a Deus eu não tive problema nenhum.” (Flora, 33 anos).

“Às vezes eu fico me questionando se realmente eu gostava tanto do pai assim pra sofrer o que eu sofri... talvez fosse mesmo os medos mesmo que eu tinha... Sabe, criar sozinha, aquela responsabilidade toda praticamente em cima de você...” Medo de passar por tudo isso sozinha. E segurar essa carga, essa obrigação... essa culpa também né?” (Helena, 30 anos).

Outro receio freqüente é o da perda e da solidão no futuro. As mulheres que mantêm contato com o ex-cônjuge revelam medo do filho optar por morar com o pai quanto se tornar mais velho. Já, nos casos em que o pai é ausente as mães demonstram-se inseguras com o fato da criança ir procurar esse pai e das conseqüências imprevisíveis. Esse medo de “perder o filho” é um receio que, de certa forma, está relacionado á centralização materna. Muitas mães procuram ao máximo se defender contra essa possibilidade.

“O meu medo disso tudo, assim, a minha fantasia ruim, é de que ele queira que o A. vá morar lá um dia. Assim, isso é que eu acho complicado. E é natural eu não querer, né? Então eu fico preocupada.” (Ana, 37 anos).

“De alguma forma, ela vai elaborando, né, alguma coisa na cabecinha dela. Agora, eu acho que eu devia estar, eu tenho que estar um pouco mais aberta para poder receber o pensamento, os sentimentos dela com relação a isso. Eu ainda não estou muito aberta, porque machuca, né? E vai acontecer... isso me amedronta, preocupa. Porque ela vai correr atrás dele. Mas eu também to resolvendo questões. Tipo, entrar na justiça, pedir pensão, e resolver essa situação. Porque ela tem pai, né?” (Bárbara, 44 anos).

Outra preocupação materna muito presente e comum esta relacionada com a educação da criança e com os valores que ela terá no futuro.

“Às vezes, eu até, eu acho que eu sou muito rígida. Porque, é aquela coisa, ao mesmo tempo que eu quero que ela se prepare pro futuro, eu não quero que ela seja aquela menina mimada, que acha que o mundo tá aos seus pés... que ela tem tudo na mão... E ao mesmo tempo, se ela não me respeitar... Porque ela me respeita... Mas eu tenho que ser, às vezes muito dura, porque eu tenho que fazer valer o respeito. Senão, ela não vai me respeitar... entendeu? E se ela não me

respeitar, eu to frita. Porque só tem eu. Não tem uma figura de pai... Então, às vezes eu sou muito dura, mas também sou muito amorosa, sou muito, afetuosa.” (Bárbara, 44 anos).

“A minha maior preocupação é dar uma boa educação pra ele. Fazer ele uma pessoa do bem, de caráter, trabalhador. Preparar pra lidar com a vida, porque eu acho que é muito difícil, né? A gente vê muito ninho de cobra, assim, tanto na vida pessoal como na profissional. ... Mas ainda acredito que tenha e eu quero criar meu filho uma pessoa segura, uma pessoa de valores...” (Helena, 30 anos).

Essa mãe, especificamente, tem seu receio concentrado em tentar preservar a filha do sofrimento, pois ela (criança) não conhece o pai, que é dependente químico.

“Agora, eu também não quero muita coisa, porque eu tenho medo que ela fique magoada, que ela sofra. Mas não tem como também, a gente, né, impedir que filho sofra, né, que filho se magoe. Então, o tempo todo, é lidar com essas questões ambivalentes.” (Bárbara, 44 anos).

7 Considerações finais

O número crescente de separações e, sobretudo, de divórcios no Brasil e em todo o mundo, aliado às mudanças culturais e à conquista cada vez mais estável da mulher de sua autonomia, independência e auto-suficiência financeira e social, culminaram na disseminação abundante desta configuração familiar em todas as camadas sociais: a família monoparental feminina. Poucos estudos, principalmente no Brasil, investigam esse fenômeno, especialmente o ponto de vista da mulher sobre a família monoparental. Esta pesquisa vem ao encontro do preenchimento desta lacuna.

Mais do que simples dados qualitativos que possam corroborar a literatura existente, os dados extraídos das falas das mulheres entrevistadas indicam alguns padrões singulares, com características próprias, que se repetiram, e foram compartilhados por diversas participantes.

No que tange às experiências após a separação, constatamos, no relato das mulheres, um olhar bastante positivo com relação à separação. Todas as participantes tinham mais do que dois anos de separadas ou divorciadas, e nenhuma delas jamais cogitou a possibilidade ou desejo de retornar à situação anterior. Embora assumindo as dificuldades e os obstáculos a ser transpostos com a dissolução da conjugalidade, a mudança, sem dúvida, foi considerada como para melhor.

As mães entrevistadas falaram abertamente sobre suas percepções acerca dos pais de seus filhos. Os pais foram freqüentemente referidos, comprovando, sobretudo, a manutenção do vínculo de co-progenitores entre os ex-cônjuges. Aqui observamos uma divisão. Em torno da metade das participantes confirmaram a melhoria da atuação paterna após o afastamento do convívio contínuo e diário do pai com os filhos. A outra porção declarou possuir relações conturbadas, conflituosas e mal resolvidas com os pais de seus filhos, muitas vezes envolvendo a discriminação entre conflitos relativos à conjugalidade e à parentalidade. Uma característica marcante e compartilhada por praticamente todas as participantes foi a consideração da postura paterna como imatura.

Outro aspecto bastante recorrente e destacado nas falas dessas mulheres foi a postura antagonica relativa à visão de família. Por um lado, elas apresentavam uma vivência autônoma e independente em relação às decisões e aos comportamentos que envolvem a família monoparental, denotada por inúmeras atitudes neste sentido; e, em contra-partida, declaravam concepções idealizadas, tradicionais ou conservadoras sobre a família intacta.

O caráter autônomo sempre se mostrou em destaque no discurso dessas mulheres. Percebemos, nitidamente, a diferenciação entre felicidade conjugal e felicidade familiar. Ou seja, elas não admitiam, em hipótese alguma, preservar um casamento infeliz em prol da manutenção da imagem de uma família nuclear intacta. A busca por um relacionamento saudável, positivo e fonte de realização pessoal, colocou-se acima do vínculo conjugal. Portanto, essas mulheres não permaneceram casadas com os pais de seus filhos somente por esta “simples” justificativa. Ressaltamos que o reconhecimento da positividade da monoparentalidade se torna possível quando se consegue discriminar a relação conjugal da relação familiar. No setor afetivo-sexual, as mulheres participantes

esboçam movimentos distintos. Algumas, não investem na vida amorosa. Outras, vivenciam essa dimensão ativamente, namoram, e valorizam a área afetivo-sexual. No entanto, todas concordam que se trata de um setor de cunho pessoal. Ou seja, não diz respeito à necessidade dos filhos de “ter um pai em casa”, mas sim, de uma complementação pessoal.

Em contra-partida, muitas falas dessas mulheres refletem a permanência de um conservadorismo subjacente, a família monoparental é considerada de alguma forma uma estrutura na qual falta algum elemento ou que ainda esta para ser preenchida. Observamos uma certa idealização da família e do papel paterno.

Em alguns momentos, as participantes revelaram seus sentimentos de (in)completude com relação à situação monoparental. Sentimento este amenizado pela visão que estas mães têm sobre a opinião dos próprios filhos. Segundo elas, as crianças, em sua maioria, se encontram muito bem adaptadas ao lar monoparental, desfrutando inclusive de algumas vantagens ou mesmo desconsiderando a existência de outros arranjos familiares.

Do ponto de vista prático, da rotina cotidiana, os elementos referentes à rede de apoio foram amplamente citados nas entrevistas. As participantes relatam o auxílio primordial de seus familiares, sobretudo, mãe (avó materna), nos momentos posteriores à separação. A família estendida provê a família monoparental com apoio psicológico, emocional, e, por vezes, financeiro. Além da ajuda familiar, as mães de camada média e média social alta relatam contar com o auxílio das empregadas domésticas nos cuidados e criação de seus filhos. A participação da família paterna como fonte de apoio é menos referida. Quanto maior o apoio e a participação paterna, além da boa interação e do bom relacionamento entre os ex-cônjuges, menor se mostra necessária a participação de outros elementos da rede de apoio.

Do ponto de vista social, as mulheres entrevistadas declararam haver modificado o seu círculo social de amizade. Algumas mantêm vida social individual paralela aos momentos de lazer com os filhos, outras demonstram não possuir diversão ou vida social dissociadas do seu(sua) filho(a).

O estreitamento do vínculo mãe/criança é evidenciado em todos os relatos, corroborando a literatura sobre a família monoparental. A maternidade apresenta-

se como fonte de satisfação e de realização pessoal, configurando também, na maior parte dos discursos, o elemento centralizador da vida das participantes. Mesmo quando a dimensão profissional é priorizada, está direcionada para possibilitar o melhor provimento para os filhos.

Enfim, os relatos femininos mostraram uma vivência positiva da situação de monoparentalidade. Essas mulheres demonstraram priorizar a boa relação com seus filhos e filhas, a coerência em suas decisões no sentido de buscar o bem-estar emocional familiar, assim como a realização pessoal dissociada da necessidade de um vínculo conjugal.

8

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, A. (1987). Notas sobre a família no Brasil. Em: ALMEIDA, A. M. et al. (Orgs.) **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, p.53-66.
- ALVES, B. M.; PITANGUY, J. (1985). **O que é feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense.
- ALVES, L. B. M. (2006). **O reconhecimento legal do conceito moderno de família**: o art. 5º, II e parágrafo único, da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Em: Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1225, 8 nov., Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9138>> Acesso em: 12/11/2006.
- ARIÈS, P. (1981). **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar.
- BIBLARZ, T. J.; GOTTAINER, G. (2000). Family structure and children's success: a comparison of widowed and divorced single-mother families. **Journal of Marriage and Family**, vol. 62, n. 2, p. 533–548.
- BUMPASS, L. L. & RALEY, R. K. (1995). Redefining single-parent families: cohabitation and changing family reality. **Demography**, fevereiro, vol. 32, n. 1, p. 97-109.
- BRADT, J. O. (2001). Tornando-se pais: famílias com filhos pequenos. Em: CARTER, B. & MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. São Paulo: ArtMed, 2ª ed.
- BRITO, L. M. T. de. (2007). Família pós-divórcio: a visão dos filhos. **Psicologia ciência e profissão**, março, vol.27, no.1, p.32-45.

- BRONFENBRENNER, U. (1996). **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas (Original publicado em 1979).
- COLE, M. (1998) Culture in development. Em: WOODHEAD, .M.; D. FAULKNER, D. & LITTLETON, K. (Orgs.) **Cultural Worlds of Early Childhood**. London and New York: Routledge, p. 11-33.
- CARTER, B. & MCGOLDRICK, M. (2001). **As mudanças no ciclo familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. São Paulo: ArtMed, 2ª ed.
- CORREA, M. (1982). Repensando a família patriarcal brasileira. Em: CORRÊA, M. (Org.) **Colcha de Retalhos**. São Paulo: Brasiliense, p.13-31.
- COSTA, J. F. (1979). **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal.
- DA MATTA, R. (1987). A família Como Valor: considerações não-familiares sobre a família brasileira. Em: ALMEIDA, A.M. et. al.(Org). **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRJ, p.115-136.
- DESSEN, M. A. & BRAZ, M. P. (2000). Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, set-dez, vol.16, n. 3, p. 221-31.
- DESSEN, M. A. & NETO, N. A. S. (2000) Editorial. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, set-dez; vol.16, n. 3.
- DINIZ NETO, O. & FÉRES-CARNEIRO, T. (2005). Psicoterapia de casal na pós-modernidade: rupturas e possibilidades. **Estudos de Psicologia**, jun., vol.22, n.2, p.133-141.
- DUBY, G. & PERROT, M. (dir.) **História das Mulheres: a Idade Média**. Porto: Afrontamento, 1990.
- DUVALL, E. M. (1988). Family development's first forty years. **Family Relations**, apr., v.37, n.2, p.127-34.

- FÉRES-CARNEIRO, T. (2003a). Construção e dissolução do laço conjugal na terapia de casal. Em: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, p. 201-214.
- FÉRES-CARNEIRO, T. (2003b). Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. **Estudos de Psicologia**, dez., vol. 8, no. 3, p. 367-374.
- FÉRES-CARNEIRO, T. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, vol.11, no. 2, p. 379-394.
- FREIRE, G. (1973). **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: José Olympio.
- FREIRE, G. (1951). **Sobrados e mocambos**. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- GIDDENS, A. (1993). **A transformação da intimidade**. São Paulo: UNESP.
- GIL, A.C. (1999). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas.
- GOODRICH, T.J., RAMPAGE, C., ELLMAN, B. & HALSTEAD, K. (1990). **Terapia Feminista da Família**. Porto Alegre: Artes Médicas.
- GRZYBOWSKI, L.S. (2002). Famílias monoparentais: mulheres divorciadas chefes de família. Em: WAGNER, A. (Org.). **Família em cena: tramas, dramas e transformações**. Petrópolis: Vozes, p. 39-53.
- HARKNESS, S. & SUPER, C. M. (1992). Parental ethnotheories in action. Em: SIGEL, I.S.; MCGILLICUDY-DELISI, A. V. & GOODNOW, J. (Orgs.) **Parental belief systems: The psychological consequences for children**. Hillsdale: NJ e Hove, UK: Lawrence Erlbaum, p. 373-392.
- HARKNESS, S. & SUPER, C.M. (1996) Introduction. Em: HARKNESS, S. & SUPER, C.M. **Parent's cultural belief systems: their origins, expressions, and consequences**. New York and London: The Guilford Press, p. 1-23.

- IBGE (2007). **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira - 2007. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2007/indic_sociais2007.pdf>. (Acesso em 15/01/2008).
- IBGE (2000). **Censo Demográfico - 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. (Acesso em 10/10/2005).
- JABLONSKI, B. (2005). Atitudes de jovens solteiros frente à família e ao casamento: novas tendências? Em: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) **Família e casal**: efeitos da contemporaneidade. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio., p. 93-110.
- JABLONSKI, B. (1998). **Até que a vida nos separe**. Rio de Janeiro: Agir.
- JENNINGS, K.D., STAGG, V. & CONNORS, R.E. (1991). Social networks and mothers' interactions with their preschool children. **Child Development**, vol. 62, p. 966-978.
- KELLER, H (2005) Cultural orientations and historical changes as predictors of parenting behaviour. **International Journal of Behavioral Development**. vol. 29, no. 3, p. 229-237.
- KIER, C.; LEWIS, C. & HAY, D. (2000). Maternal accounts of the costs and benefits of life experiences after parental separation. **Psicologia, Teoria e Pesquisa**. vol. 16, no. 3, p. 191-202.
- LEVY, L. (2005). Famílias monoparentais adotivas: a importância de uma rede de apoio. Em: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) **Família e casal**: efeitos da contemporaneidade. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, p. 50-57.
- MACHADO, L.Z. (2001). Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.4, n.8, p.11-26.

- MOORE, H. L. (1996). **Antropología y feminismo**. 2. ed. Madrid: Edições Cátedra/Universitat de Valencia/Instituto de la Mujer.
- MORRISON, N. C. (1995) **Successful single-parent families**. vol. 22, n. 3-4, p. 205-219.
- NICOLACI-DA-COSTA, A. M. (2007) O campo de pesquisa qualitativa e o Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS). **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 20, no. 1, p. 65-73.
- PASSOS, M. C. (2005) Nem tudo que muda, muda tudo: um estudo sobre as funções da família. Em: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, p. 11-23.
- PECK, J. S. & MANOCHERIAN, J. R. (2001). O divórcio nas mudanças do ciclo de vida familiar. Em: CARTER, B. & MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. São Paulo: ArtMed, 2ª ed.
- RIBEIRO, M. A. (1988). Conseqüências do divórcio parental em crianças e adolescentes. **Psicologia, Teoria e Pesquisa**, set-dez, vol. 4, no. 3, p. 283-294.
- ROCHA-COUTINHO, M. L. (1994). **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. São Paulo: Editora Rocco.
- ROUDINESCO, E. (2003). **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- SAMARA, E. de M. (2002). O que mudou na família brasileira? (da colônia à atualidade). **Psicologia USP**, vol. 13, no. 2, p. 27-48.
- SAMARA, E. de M. (1998) **A Família Brasileira**. 4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense.
- SEIDL DE MOURA, M. L (2005a). Dentro e fora da *caixa preta*: a mente sob um olhar evolucionista. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, maio/agosto, vol.21, no. 2, p. 141-147.

- SEIDL DE MOURA, M. L. (2005b). Bases para uma psicologia do desenvolvimento sociocultural e evolucionista. Em: PONTES, F. (Org.). **Temas pertinentes na construção da psicologia contemporânea**. Belém: Editora Universitária UFPA, v.1, p.15-42.
- SINGLY, F. (2000). O nascimento do indivíduo individualizado e seus efeitos na vida conjugal e familiar. Em: PEIXOTO, C. et al. **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, p.13-9.
- SOCCI, V. (1983). Atitudes em relação ao sexo, amor e casamento: raízes históricas. Em: **Elaboração e validação de uma escala de atitudes em relação ao sexo**. Cap. I. Dissertação de mestrado. USP.
- SOUZA, R. M. de. (2000). Depois que Papai e Mamãe se Separaram: um Relato dos Filhos. **Psicologia, Teoria e Pesquisa**. set./dez., vol. 16, n. 3.
- STRAUBE, K. M.; GONÇALVES, M. de P. & CENTA, M. de L. (2003). Percepção dos filhos sobre o divórcio dos pais. **Família, Saúde e Desenvolvimento**. set./dez., vol. 5, n. 3, p. 173-184.
- SUIZZO, M. A. (2002). French parents' cultural models and childrearing beliefs. **International Journal of Behavioral Development**. vol. 26, p. 297-307.
- SUMAZA, C.R. & RODRIGUES, T.L. (2003). Un análisis del concepto de familia monoparental a partir de una investigación sobre núcleos familiares monoparentales. **Papers**. vol. 69, p. 59-82.
- SZAPIRO, A. M. (1998). **Percursos do Feminino: um estudo sobre a “produção independente” dos anos sessenta**. Tese de Doutorado. PUC – Rio de Janeiro.
- TARLEI DE ARAGÃO, L. (1983). **Em Nome da Mãe. Perspectivas Antropológicas da Mulher**. n. 3. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- TOSCANO, M. & GOLDENBERG, M. (1992). **A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan.

- TRINDADE, Z. A. (1998). Concepções de maternidade e paternidade: o convívio atual com fantasmas do século XVIII. Em: SOUZA, L.; FREITAS, M.F.Q.; RODRIGUES, M.M.P.. (Org.). **Psicologia: Reflexões (Im)pertinentes**. 1ª ed. São Paulo, v. 1, p. 129-155.
- VYGOTSKY, L. S. (2002). **A Formação Social da Mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes.
- VYGOTSKY, L.S. & LURIA, A. R. (1996). **Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança**. Porto Alegre: Artes Médicas.
- WAGNER, A. & GRZYBOWSKI, L. S. (2003). Uma andorinha sozinha não faz verão? A mulher divorciada e a monoparentalidade familiar. **Psicologia Clínica**. vol. 15, no. 2, p. 13-30.
- WAGNER, A. (Coord.). (2002). **Família em cena: tramas, dramas e transformações**. Petrópolis, RJ: Vozes.
- WALLERSTEIN, J. S. & KELLY, J. B. (1998). **Sobrevivendo à separação**. Porto Alegre: Artes Médicas.

Anexo I

Entrevista: Criando os Filhos Sozinha: uma perspectiva feminina

Folha de Relatório

Código

Nome da mãe: _____

Nome da criança: _____

Endereço: _____

Telefone: _____ **e-mail:** _____

Mãe indicada por: _____

Telefone: _____

Nome do aplicador: _____ - _____

Data da aplicação: _____

Horário da aplicação: _____

Observações sobre a aplicação:

Anexo II

Entrevista: Criando os Filhos Sozinha: uma perspectiva feminina

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Código

Mãe

Idade: _____

Estado civil: _____

Escolaridade:

Ensino fundamental () Completo () Cursou até ____ ano

Segundo grau () Completo () Cursou até ____ ano

Terceiro grau () Completo () Cursou até ____ ano

Pós-graduação () Especialização () Mestrado () Doutorado

Profissão: _____

Atividade atual: _____

Criança

() Menino () Menina

Data de Nascimento: _____

Idade na aplicação: _____

Pai

Idade: _____

Estado civil: _____

Escolaridade:

Ensino fundamental () Completo () Cursou até ____ ano

Segundo grau () Completo () Cursou até ____ ano

Terceiro grau () Completo () Cursou até ____ ano

Pós-graduação () Especialização () Mestrado () Doutorado

Profissão: _____

Atividade atual: _____

Anexo III

Entrevista: Criando os Filhos Sozinha: uma perspectiva feminina

Código

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Pesquisa: Criando os filhos sozinho: uma perspectiva feminina

Pesquisadora: Maria Cecília Ribeiro Moncorvo (PUC – Rio de Janeiro)

1. Natureza da pesquisa

Você está sendo convidada a participar desta pesquisa, que tem como finalidade investigar como vivem as mães separadas ou divorciadas com filhos pequenos.

2. Participantes da pesquisa

Participarão da pesquisa aproximadamente 15 mães com filhos até 7 anos de idade que residam na cidade do Rio de Janeiro.

3. Envolvimento na pesquisa

Ao participar deste estudo você deverá concordar em preencher o formulário de consentimento referente à sua participação no estudo. Posteriormente, deverá permitir que um pesquisador lhe visite para realizar uma entrevista que deverá ser gravada, para posteriormente ser transcrita. Deverá também preencher um inventário. A entrevista gravada será apagada após a transcrição.

Você tem a liberdade de recusar a participação em qualquer etapa deste estudo sem qualquer prejuízo para você ou para sua família. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa e entrar em contato com a pesquisadora através dos telefones 2553-4854 ou 8867-6499.

4. Confidencialidade

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Os relatos de pesquisa serão identificados somente por códigos, e não com seu nome. Apenas a pesquisadora e sua orientadora terão conhecimento dos dados, que não serão considerados individualmente e, sim, em conjunto. Os dados da pesquisa também poderão ser utilizados para fins de ensino e durante encontros e debates científicos.

5. Benefícios

Ao participar desta pesquisa você não deverá ter nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que esta pesquisa nos dê informações importantes sobre algumas crenças valorizadas por mães no exercício da maternidade. No futuro essas informações poderão ser usadas em benefício de outras famílias brasileiras e em projetos de promoção ou prevenção ligados à saúde, à educação e à área social.

6. Pagamento

Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa, e nada será pago por sua participação. Entretanto, você poderá ter acesso aos relatórios da pesquisa contendo os resultados do estudo.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu interesse em participar da pesquisa.

Nome da mãe participante

Local e Data

Assinatura da mãe participante

Assinatura do pesquisador